



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Central de Compras

SENHORES LICITANTES:

OBSERVAR COM ATENÇÃO AS DESCRIÇÕES DETALHADAS DOS ITENS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL DE LICITAÇÃO, DE MODO A EVITAR FALHAS NAS COTAÇÕES QUE, EVENTUALMENTE, POSSAM ACARRETER EM DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

OS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS VENCEDORAS DEVERÃO EFETUAR O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO PORTAL SEI/GDF, por meio do link: <https://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>, CONSIDERANDO SUA OBRIGATORIEDADE PARA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA.

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

UASG 926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF

CNPJ: 00.394.700/0001-08 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.329.505/001-89

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.106/2026 – SES/DF

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL - SES/DF

Data de Início de Propostas (Divulgação): 19/06/2026

Data fim de recebimento de propostas: 03/07/2026, às 8h29 (horário de Brasília)

Horário da Fase de Lances: 03/07/2026, às 8h30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM

ADJUDICAÇÃO: POR LOTE/ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ESTIMATIVA GERAL: CARÁTER PÚBLICO

PROCESSO Nº: 00060-00315266/2025-05

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 8.496.664,90 (oito milhões, quatrocentos e noventa e seis mil seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos)

OBJETO: O objeto da presente licitação é a aquisição de **Conjunto para Hemograma Completo por Automação e outros**, com o intuito de manter o abastecimento regular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, de forma ininterrupta, com fornecimento de equipamentos automatizados por **COMODATO**, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, por meio do(a) Central de Compras - CCOMP/DAQ/SUCOMP/SECCIC/SES-DF, sediada no SRTVN 701 Norte, lote D, Edifício PO 700, 2º andar, Central de Compras - Brasília/DF, CEP: 70.719-040, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de **Conjunto para Hemograma Completo por Automação e outros**, com o intuito de manter o abastecimento regular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, de forma ininterrupta, com fornecimento de equipamentos automatizados por **COMODATO**, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital.

1.2. A licitação será realizada por **lote único**, conforme tabela constante no Anexo I do Edital.

1.3. Especificações acerca do **lote único** objeto do certame:

LOTE ÚNICO - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	95700	399552	CONJUNTO PARA HEMOGRAMA COMPLETO POR AUTOMAÇÃO. Aplicação: realização de exame hematológico completo (hemograma), com quantificação automatizada de elementos celulares do sangue e avaliação de parâmetros eritrocitários, leucocitários e plaquetários, utilizando equipamentos hematológicos multiparamétricos.	TESTE	1.313.231
2	12343	351012	TESTE PARA DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO DO SANGUE(VHS), EM EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO Aplicação: teste hemodinâmico.	TESTE	101.398
3	39762	353073	CONJUNTO PARA CONTAGEM DE RETICULÓCITOS POR AUTOMAÇÃO.	TESTE	66.035

COMODATO

DESCRIPTIVO	QUANTIDADE
EQUIPAMENTOS	70

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

1.4. DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS

1.4.1. Os equipamentos deverão ser **NOVOS**, de primeiro uso e em linha de fabricação, totalmente automatizados, com condições plenas de interfaceamento para o sistema informatizado da SES/DF, fornecimento de acessórios e toda infraestrutura do espaço físico, necessária ao funcionamento dos mesmos para a realização do HEMOGRAMA COMPLETO, VHS, CONTAGEM DE RETICULÓCITOS e MORFOLOGIA DIGITAL a serem instalados nas Unidades Laboratoriais das Regiões de Saúde/SES-DF, conforme as Grades de Distribuições 1 e 2 descritas no subitem 8.2.6. do termo de referência.

1.4.2. Não será aceita a instalação de equipamentos usados, recondicionados, revisados, remontados ou instalados em quaisquer outros laboratórios e/ou eventos.

1.4.3. O Contratado deverá comprometer-se em implantar, gratuitamente, toda e qualquer atualização tecnológica de “software”/“hardware” em todos os equipamentos, durante o período de sua utilização, sem ônus adicional para a SES-DF.

1.4.4. Os equipamentos contidos no termo de referência deverão ser substituídos a qualquer momento por problemas no funcionamento e/ou performance analítica dos mesmos:

- Critérios: 4 chamados técnicos mensais pelo mesmo motivo;
- Indisponibilidade mensal devido a manutenções corretivas superior a 48 horas no período de 30 dias.

1.5. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS - GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 1 (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL + EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS)

1.5.1. Os equipamentos disponibilizados nas Unidades Laboratoriais descritas nas Grades de Distribuição 1 deverão:

- Ter produtividade mínima de 100 testes/hora para cada analisador hematológico;
- Ter produtividade mínima de 40 testes/hora e resultados em até 20 minutos para cada analisador automático de VHS;
- Ter produtividade mínima de 30 lâminas por hora para cada analisador de morfologia digital;
- Ter comutatividade entre todos os reagentes utilizados no analisador hematológico (hemograma completo, contagem de reticulócitos e VHS) da Grade de Distribuição 2;
- Para o analisador hematológico e da contagem de reticulócitos: serem totalmente automatizados, capazes de realizar o hemograma completo, por citometria de fluxo, impedância e método ótico, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: WBC, RBC, HCT, VCM, HCM, CHCM, HGB, RDW-CV, RDW-SD, NEUT%, LINF%, MON%, EOS%, BAS%, NEUT#, LINF#, MON#, EOS#, BAS#, PDW, MPV, PCT, PLQ (impedância), PLQ (ótica fluorescente), contagem de RETICULÓCITOS totalmente automatizada, conteúdo de hemoglobina nos reticulócitos, índice de plaquetas e reticulócitos imaturos e análise de líquidos biológicos diversos (líquido peritoneal, pericárdico, sinovial, pleural e cefalorraquidiano).

1.5.2. Deverá ser fornecido 01 corador de lâminas hematológicas semiautomático para cada uma das 13 unidades laboratoriais dispostas na grade de distribuição 1, com fornecimento do kit de coloração hematológica, sem ônus para a SES/DF;

1.5.3. Havendo a possibilidade, poderá ser utilizado um único equipamento para execução dos testes dispostos nesse processo licitatório. Desobrigando, assim, a contratada de instalar equipamentos individualizados para cada um dos testes.

1.6. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS - GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 2 (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR ACOPLADO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL + EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS)

1.6.1. Os equipamentos disponibilizados nas Unidades Laboratoriais descritas nas Grades de Distribuição 2 deverão:

- Ter produtividade mínima de 100 testes/hora para cada analisador hematológico;
- Ter produtividade mínima de 40 testes/hora e resultados em até 20 minutos para cada analisador automático de VHS;
- Ter produtividade mínima de 30 lâminas por hora para cada analisador de morfologia digital;
- Ter comutatividade entre todos os reagentes utilizados no analisador hematológico (hemograma completo, contagem de reticulócitos e VHS) da Grade de Distribuição 1;
- Para o analisador hematológico e da contagem de reticulócitos: ser totalmente automatizados, capazes de realizar o hemograma completo, por citometria de fluxo, impedância e método ótico, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: WBC, RBC, HCT, VCM, HCM, CHCM, HGB, RDW-CV, RDW-SD, NEUT%, LINF%, MON%, EOS%, BAS%, NEUT#, LINF#, MON#, EOS#, BAS#, PDW, MPV, PCT, PLQ (impedância), PLQ (ótica fluorescente), contagem de RETICULÓCITOS totalmente automatizada, conteúdo de hemoglobina nos reticulócitos, índice de plaquetas e reticulócitos imaturos.

1.6.2. Deverá ser fornecido 01 corador de lâminas hematológicas semiautomático + 01 corador de lâminas hematológicas automático para cada uma das 03 unidades laboratoriais dispostas na grade de distribuição 2;

1.6.3. Havendo a possibilidade, poderá ser utilizado um único equipamento para execução dos testes dispostos nesse processo licitatório. Desobrigando, assim, a contratada de instalar equipamentos individualizados para cada um dos testes;

1.6.4. O corador automático acoplado em esteira deve identificar, confeccionar e corar a lâmina (interligado e sem interrupção da realização do hemograma para confecção e coloração, com impressão automática da identificação, contendo no mínimo: nome, data e código do paciente), com sistema para tubos abertos e fechados (com carregamento contínuo). Os equipamentos deverão realizar automaticamente as lâminas das amostras cujos resultados da hematologia tenham acusados alterações, sem interferência do operador, tanto no sistema fechado como aberto, com fornecimento de lâminas e kit de coloração hematológica, sem ônus para a SES/DF;

1.7. ESPECIFICAÇÕES DO ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL:

1.7.1. Deverá ser constituído por unidade óptica constituída por uma câmara, um microscópio e um sistema de computador com software avançado com obtenção e classificação de imagens, licenciado para a operação em 3 computadores independentes (para cada um dos locais relacionados na Grade de Distribuição 1 - item 8.2.6. do Termo de Referência) e para 6 computadores independentes (para cada um dos locais relacionados na Grade de Distribuição 2 - item 8.2.6. do Termo de Referência).

1.7.2. DEVERÁ:

- 1.7.2.1. Pré-classificar as seguintes classes de elementos: neutrófilos bastonetes, neutrófilos segmentados, linfócitos, monócitos, eosinófilos, basófilos, células blásticas, promielócitos, mielócitos, metamielócitos, plasmócitos, linfócitos variantes, células não identificadas, eritroblastos, restos celulares, plaquetas gigantes, grumos de plaquetas, artefatos;
- 1.7.2.2. Reclassificar as células/achados pré-identificados;

- 1.7.2.3. Permitir variar o número de células contadas por esfregaço, a critério do operador;
- 1.7.2.4. Permitir a pré-caracterização dos eritrócitos: policromatofilia, macrocitose, microcitose, anisocitose, poiquilocitose;
- 1.7.2.5. Possuir software com análise da série vermelha avançada;
- 1.7.2.6. Contabilizar as plaquetas através estimativa visual por imagem;
- 1.7.2.7. Dispensar automaticamente óleo no distendido sanguíneo;
- 1.7.2.8. Possuir velocidade igual ou superior a 30 lâminas/hora para análise completa das séries branca, vermelha e plaquetária;
- 1.7.2.9. Possuir interfaceamento bidirecional para a liberação da contagem diferencial da série branca e da análise da série vermelha no sistema de informática laboratorial em uso na SES-DF;
- 1.7.2.10. Possuir um software de última geração para análise avançada de glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e plaquetas. Toda atualização necessária desse software deverá ser realizada sem ônus adicional para a SES-DF;
- 1.7.2.11. Conceder todas as licenças de uso, sem ônus para a SES-DF, conforme estabelecido no item 1.8.1. do Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sica dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2 será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

2.10.1. Em atendimento à exigência estabelecida no inc. III do art 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 23 da Lei Distrital nº 4.611/2011, o **lote único** que compõem o objeto deste edital serão destinados à **AMPLA CONCORRÊNCIA**, conforme previsão constante no Anexo I deste Edital;

2.11. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.11.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.11.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- a) A participação de consórcios não será admitida, pela natureza do objeto. Tal vedação justifica-se pelo fato de que o objeto desta contratação não se enquadra às hipóteses de alta complexidade do serviço ou valores extremamente altos que indicariam a necessidade de associação de empresas para essa pretensão;
- 2.11.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de licitação, contratação ou execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, agente público de órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.11.9.1. A vedação do subitem 2.11.9 aplica-se para as condições de Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);
- 2.11.9.2. A vedação do subitem 2.11.9 aplica-se aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.
- 2.11.9.3. A vedação do subitem 2.11.9 aplica-se ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.
- 2.11.9.4. Fica vedada a participação de sociedades cooperativas no presente certame.
- a) A participação de sociedade cooperativa não será admitida, pela natureza do serviço, conforme disposto na Súmula nº.281 do Tribunal de Contas da União, tendo em vista que a execução do objeto demanda subordinação jurídica, pessoalidade e habitualidade.
- 2.11.10. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;
- 2.11.10.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.
- 2.11.11. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.11.12. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 2.11.12.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 2.11.12.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 2.11.13. A vedação de que trata o item 2.11.12. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.11.14. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 2.11.15. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 2.11.16. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 2.11.17. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.17. A vedação de que trata o item 2.11.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.1.6.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4.5. No momento do cadastro da proposta, o licitante deverá indicar uma única marca ou fabricante.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.6. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante, consoante o modelo de apresentação de propostas, Anexo I do Edital.

4.2. A proposta deverá, ainda, conter o valor unitário e total, com até duas casas decimais, em moeda nacional, para cada item a que concorrer.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.10.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.12. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote único.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de

classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). [A20]

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6.1 e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 6.9. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.
- 7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.
- 7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. Qualificação técnica

7.2.1.1. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para fins de comprovação da qualificação técnica:

- I - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- II - Atestado de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- III - Informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

- I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.
- III - A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- IV - A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- V - A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- VI - A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- VII - O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.3. Qualificação econômico-financeira

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO TOTAL}}$$

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

7.2.4. Habilitação jurídica:

I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- a) Cédula de identidade;
- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.
- V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.
- VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

- I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo III do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: SRTVN 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º Andar, Sala Central de Compras, Brasília/DF; CEP 70.719-040 – CENTRAL DE COMPRAS (CCOMP).

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.14.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendada através do e-mail: gediag.duaec@saude.df.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

- 7.14.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 7.15. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.15.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.16. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.16.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.16.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no caput, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º, do art.119, do decreto 44.330/2023.
- 7.17. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.17.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.17.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:
- 7.18.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.18.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.16.1.
- 7.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: ccomp.daq@saude.df.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#);
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle:
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação;
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica: ccomp.daq@saude.df.gov.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

- I - Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias, Seguridade Social e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- II - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);
- III - Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;
- IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- V - Certidão de Regularidade quanto à Dívida Ativa da União (DAU);
- VI - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (CND).
- VII - Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional que deverá ser efetuada mediante Certidão Conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados (PORTARIA CONJUNTA RFB/PGFN Nº 1.751/2014)

11.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

11.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA.

11.4. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

11.5. Excluem-se das disposições do artigo 6º, Decreto 32.767 de 17/02/2011:

- I - Os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;
- II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos.

12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**12.1. PRAZO DE ENTREGA**

12.1.1. Os prazos para entrega possuem os seguintes marcos:

12.1.1.1. Os produtos alvo da presente contratação deverão ser entregues em no mínimo 06 e no máximo 10 entregas.

12.1.1.2. A primeira entrega dos produtos deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos após publicação do Contrato Administrativo. As entregas subsequentes dos produtos deverão ser realizadas conforme definido no instrumento de contratação.

12.1.1.3. O cronograma de entregas poderá ser modificado conforme a capacidade técnica de armazenamento, a critério da Administração e a qualquer momento durante a vigência do contrato.

12.1.2. Os equipamentos deverão ser entregues nas unidades laboratoriais em até 60 (sessenta) dias corridos, após publicação do Contrato Administrativo.

12.1.3. Os reagentes, objeto de contratação, deverão ser entregues conforme cronograma de entrega a ser elaborado pela área técnica e/ou executor do contrato, após assinatura do contrato.

12.1.4. A entrega deverá ser realizada em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento.

12.1.5. O prazo para entrega poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados. A empresa deverá comunicar as razões respectivas até a data limite que a entrega deveria ocorrer, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

12.1.6. Os pedidos de prorrogação serão instruídos e analisados, no que couber, pela ASSAIS/SUAG e a concessão das alterações, quando for o caso, será autorizada pela a SUAG/SES (Artigos 100, 101 e 102 da Portaria nº 170 /2018, SES/DF);

12.1.7. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente, pelo Edital.

12.2. DO LOCAL DE ENTREGA

12.2.1. O horário de funcionamento das centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF é de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

12.2.2. Os produtos alvo da presente contratação deverão ser entregues em no mínimo 04 e no máximo 12 entregas;

12.2.3. A primeira entrega dos produtos deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos após publicação do Contrato Administrativo. As entregas subsequentes dos produtos deverão ser realizadas conforme definido no instrumento de contratação;

12.2.4. O cronograma de entregas poderá ser modificado conforme a capacidade técnica de armazenamento, a critério da Administração e a qualquer momento durante a vigência do contrato;

12.2.5. As entregas dos insumos na Secretaria de Saúde do Distrito Federal deverão ser agendadas, por meio do e-mail indicado no Pedido de Aquisição de Material - PAM;

12.2.5.1. Os produtos deverão ser entregues no Distrito Federal, no endereço conforme especificado no Pedido de Aquisição de Material - PAM, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas: PARQUE DE APOIO – SES/DF, SIA/SAPS, FARMÁCIA CENTRAL: BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000;

12.2.5.2. A confirmação do agendamento ficará condicionada à disponibilidade de data. Portanto, as solicitações de agendamento devem ser realizadas com antecedência mínima de 72 horas da data pretendida para entrega.

12.2.6. As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas conforme cronograma de entrega a ser elaborado pela área técnica, nos endereços abaixo:

GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 1:

UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL)	EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS
Unidade Mista de São Sebastião - UMSS	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Brazlândia – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brazlândia - D	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional do Guarã – HRGU	Área Especial – QI 06 Lote “C”, CEP: 71.010- 006, Guarã I - DF I	01 + 01 + 01	01
Hospital da Região Leste (Paranoá) - HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-050, Paranoá – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional do Gama - HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Planaltina - HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Sobradinho - HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Taguatinga - HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital de Apoio de Brasília - HAB	Q AENW 03 lote A, CEP: 70.684-831, Setor Noroeste - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF	01 + 01 + 01	01
TOTAL		13 + 13 + 13	13

GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 2:

UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR ACOPLADO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL)	EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS
Laboratório Regional do Guarã - LRGu	QE 23, Guarã II, Brasília /DF, CEP: 71.025-000, Guarã II - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
Laboratório Regional de Ceilândia - LRC	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 70.719-040, Ceilândia - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
Unidade Mista de Taguatinga - UMST	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 70.297-400, Taguatinga Centro - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
TOTAL		06 + 03 + 03 + 03	03

OBS.: Os equipamentos poderão ser transferidos entre as unidades da SES/DF, conforme a necessidade da mesma. Ainda, em caso de aditivação do quantitativo de exames contratados ao longo da vigência do contrato, a critério da SES/DF, também deverão ser fornecidos equipamentos adicionais (nas hipóteses de aluguel de equipamento ou comodato). O fornecimento dos mesmos, uma vez solicitado pela SES/DF, deverão ser correspondentes ao aditivo realizado, considerando o quantitativo de equipamentos na proposta inicial. Considerando o total de 19 analisadores hematológicos, cada um correspondente a 19/100 do valor total da contratação, ou seja, a cada possível aditivo de 19% poderá ser solicitado a entrega de mais um equipamento (analisador hematológico e corador semiautomático), os percentuais serão calculados por grade de distribuição. O prazo de entrega de cada equipamento adicional, caso requerido após o aditivo, seguirá os mesmos prazos definidos para a proposta inicial.

- 12.3.1. Os produtos do Termo de Referência não poderão ser encaminhados via Correio.
- 12.3.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário.
- 12.3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento.
- 12.3.4. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.
- 12.3.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

12.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 12.4.1. Apresentar o produto com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo) devem estar em português;
- 12.4.2. Apresentar os produtos em suas unidades de acondicionamento (embalagem individual), o número do lote, a data de validade, tipo de esterilização (se for o caso), o nome comercial de forma legível em atendimento ao Código de Defesa do Consumidor, artigo 31 que diz:

“A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que; apresentam à saúde e segurança dos consumidores”
- 12.4.3. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens secundárias a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, tendo em vista a não violação do processo de esterilização. Preconiza-se a utilização de etiquetas invioláveis;
- 12.4.4. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos;
- 12.4.5. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda e armazenamento dos produtos a fim de não haver a deterioração do material, conforme art.40, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 12.4.6. Apresentar no ato da entrega de cada parcela cópia do Certificado de Registro de Produto em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro.
- 12.4.7. Os produtos deverão vir organizados em lote e permitir a avaliação de uma amostra de cada lote, pela equipe do recebimento;
- 12.4.8. Caso o quantitativo entregue seja superior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do excedente e Nota Fiscal de Simples Remessa, para que possa ser legalizado tal recebimento;
- 12.4.9. Caso o entregue seja inferior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do quantitativo e solicitando o cancelamento do saldo não entregue, para que possa ser legalizado tal recebimento;
- 12.4.10. Apresentar, no ato da entrega de cada parcela, impresso na nota fiscal, os números dos lotes, a quantidade do material contida em cada lote e a data de validade desses lotes;
- 12.4.11. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deverá seguir conforme abaixo:
 - 12.4.11.1. Não podem ser recebidos reagentes com menos de 3 (três) meses de validade;
 - 12.4.11.2. Produtos com validade entre 3 (três) e 6 (seis) meses - será admitida a entrega do produto, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca (Apêndice III), obrigando-se, o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções;
 - 12.4.11.3. Produtos com validade de 6 (seis) meses ou superior - recebimento automático desde que entregues na quantidade programada para aquele período de entrega, caberá a SES DF avaliar se será recebido um quantitativo maior que o programado para o período. No caso de quantidade superior ao período, o Termo de Compromisso de Troca torna-se obrigatório;
 - 12.4.11.4. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF;
 - 12.4.11.5. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF;
 - 12.4.11.6. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente;
 - 12.4.11.7. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora.
- 12.4.12. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF;
- 12.4.13. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF;
- 12.4.14. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente;
- 12.4.15. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora;
- 12.4.16. O descarte de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca e não utilizados até a expiração do prazo de validade deverá ser realizado pela empresa fornecedora. Uma vez acionada para efetivação da troca, a empresa deverá proceder com o recolhimento dos produtos vencidos nas centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF, estando passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente, em caso de descumprimento desta cláusula;

12.5. DO RECEBIMENTO

- 12.5.1. Será recebido o material:
 - 12.5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por servidor atuante na unidade do Local de Entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as

especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no saldo do prazo inicialmente estipulado para tanto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.5.1.3. O recebimento técnico caberá à Área Técnica responsável pela contratação, e ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal, §3º do art. 73, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

12.5.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento técnico, mediante processamento dos dados do recebimento no sistema eletrônico de gestão de materiais da SES/DF, §3º do art. 72, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

12.5.1.5. O prazo para recebimento técnico poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.5.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.5.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.5.1.9. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

12.6. LIQUIDAÇÃO

12.6.1. A liquidação e pagamento das despesas oriundas da compra/contratação pretendida são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório, técnico e definitivo.

12.6.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 8 dias úteis para fins de liquidação, conforme previsão constante na Portaria SES/DF nº 170/2018.

12.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.6.3.1. O prazo de validade;

12.6.3.2. A data da emissão;

12.6.3.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

12.6.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

12.6.3.5. O valor a pagar;

12.6.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

12.6.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.6.6. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

12.6.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

12.6.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.6.7. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação. Não havendo regularização o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.6.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

12.7. PRAZO DE PAGAMENTO

12.7.1. O pagamento à Contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010.

12.7.2. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta.

12.7.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

12.7.4. Forma de Pagamento

12.7.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.3. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.4. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 13.5. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 13.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 13.7. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 13.7.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 13.7.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 13.7.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 13.7.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 13.7.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 13.7.6. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/04/2026, pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 13.7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- 13.7.8. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

13.8. Da Implementação do Programa de Integridade

- 13.8.1. A implementação do Programa de Integridade observará as diretrizes estabelecidas no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, Versão 2.0 de abril de 2026 - [Guia Prático da CGDF](#), aplicando-se integralmente às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com a Administração Pública do Distrito Federal com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias, quando o valor global desses contratos for igual ou superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). O § 2º da mesma lei prevê que a exigência se aplica integralmente se o prazo da relação contratual for de 180 dias ou mais.
- 13.8.2. A exigência decorre do disposto na Lei n.º 6.112, de 02 de fevereiro de 2018, que institui a obrigatoriedade de implementação de Programa de Integridade por pessoas jurídicas que mantenham relação contratual com o Distrito Federal. Sendo obrigatória sua adoção, assim como das condutas previstas no Código de Conduta Anticorrupção e na Lei Anticorrupção (12.846/2013).
- 13.8.3. O adjudicatário, após a assinatura do contrato, deverá implementar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme previsto nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 6.308/2019, Decreto Nº 40.388/2020 e no Guia Prático para Análise dos Programas de Integridade Privada, da Controladoria-Geral do Distrito Federal.
- 13.8.4. A empresa contratada deverá no mínimo:
- I - Realizar mapeamento de riscos de integridade, aplicar treinamentos periódicos de integridade, elaborar os relatórios conforme os ciclos previstos e criar medidas disciplinares e de responsabilização interna.
- 13.8.5. Deverão ser observadas ainda as diretrizes estabelecidas na Política de Governança Pública e Compliance, nos termos do Decreto Nº 39.736, de 28 de março de 2019, bem como o Decreto Nº 40.388, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a avaliação dos Programas por meio de formulários e relatórios específicos. A contratada deverá:
- I - Atender simultaneamente aos critérios de existência e efetividade.
 - II - Apresentar toda documentação e evidência dos Programas (treinamentos, relatórios, auditorias, investigações, políticas, organograma etc.).
 - III - Permitir inspeções, análises e auditorias dos Programas pela Administração Pública.
 - IV - Realizar prontamente as adequações, caso a avaliação identifique insuficiências.
 - V - Inserir critérios de governança e compliance na contratação de terceiros.
 - VI - Aceitar que o resultado influencie a seleção ou execução contratual.
 - VII - Padronizar suas práticas de Governança e Compliance.
- 13.8.6. Para a efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos e despesas necessários correrão exclusivamente às expensas da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante qualquer ônus ou ressarcimento - contudo - deverá ser designada na estrutura da contratada a unidade responsável pelo compliance da instituição, sendo este o ponto focal de comunicação nessa temática.
- 13.8.7. A Política e seus programas de Governança e compliance deverão ser adotados junto a todos os órgãos/entidades do DF, fortalecendo as estruturas de governança e compliance internas e implementando/aperfeiçoando a Gestão de Riscos, O Controle Interno e os Mecanismos de Integridade.
- 13.8.8. Para fins de verificação e conformidade, a empresa deverá apresentar o Formulário de Avaliação de Programa de Integridade, Relatório de Perfil e o Relatório de Conformidade, nos termos do Anexo I do Decreto Nº 40.388/2020, bem como articular-se com órgãos centrais de governança do DF.
- 13.8.9. Os Programa de integridade e compliance terão validade mínima de 180 dias, devendo ser renovado ao término desse período.
- 13.8.10. Deve ser observada ainda a Implantação de mecanismos de controle, monitoramento e auditoria periódica, no mínimo ao final de cada ciclo.
- 13.8.11. Todas as empresas que pretendam atender às exigências apostas neste Edital, deverão implementar e manter canal de denúncias funcional e seguro.

13.8.12. A contratada que já atenda a todos os requisitos, se aplicável, deverá apresentar declaração formal informando sua existência e o atendimento pleno às exigências.

13.8.12.1. Poderão ser solicitadas evidências de implementação e efetividade.

13.8.13. A contratada que possua erros nas Demonstrações Contábeis "furo de caixa", deve entender que a existência do erro é motivação suficiente para sua descreditação.

13.9. Da manutenção dos programas e obtenção do selo anticorrupção

13.9.1. O selo anticorrupção tem validade de dois anos, podendo ser renovado a pedido da empresa interessada à autoridade competente.

13.9.2. O selo somente será concedido às empresas que atendam cumulativamente a todas as exigências constantes da Lei 7.450/2024.

13.9.3. As regras instituídas pela Lei Nº 7.450, que cria o Selo Anticorrupção, se destinam a reconhecer as empresas que adotem Programas de Integridade efetivos.

13.9.4. Deverão ser atendidas e mantidas, de forma cumulativa, todas as exigências de Integridade, Compliance e Acreditação apostas nas Leis Nº 6.112/2018, Nº 7.450/2024, Decretos Nº 39.736/2019 e 40.388/2020, bem como demais regramentos aplicáveis.

13.9.5. Conforme Portaria Nº 193/2024, caberá ao comitê avaliar a propor medidas de mitigação dos riscos e de adequação das inconformidades encontradas.

13.10. Das sanções e disposições finais

13.10.1. A empresa que deixar de encaminhar os relatórios obrigatórios estará sujeita às sanções cabíveis.

13.10.2. Pelo descumprimento das exigências, será aplicada à contratada:

a) Multa diária de 0,08%, incidente sobre o valor atualizado do contrato, limitada ao total de 10% do montante contratual.

b) O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implica indébito da multa aplicada.

13.10.3. O não cumprimento da obrigação implicará ainda:

I - Inscrição do débito em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

II - Rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;

III - Impedimento de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal, em qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação da implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

13.10.4. A fiscalização do Programa de Integridade é realizada mediante critério da dupla visita, sendo a primeira voltada prioritariamente para orientação quanto ao saneamento de eventuais desconformidades levantadas.

13.10.5. O Conselho de Governança Pública e o Comitê Interno de Governança Pública poderão editar atos complementares e estabelecer procedimentos para conformação, execução e monitoramento de processos de governança pública e compliance.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A comunicação entre SES-DF e as proponentes se dará através dos e-mails informados nas propostas;

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. A Secretaria de Estado de Saúde do Distrito federal poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.11. A anulação do pregão induz à do contrato.

14.12. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

14.13. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.

14.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

14.15. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

14.16. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.

14.17. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

14.17.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

14.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

- 14.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 14.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Planilha de mercado

ANEXO III - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

ANEXO IV - Modelo de Propostas

ANEXO V - Minuta de Termo de Contrato

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Processo para potencial aquisição de insumos à saúde padronizados pertencente ao Grupo: 35.30.07.02.01 Conjuntos/Kits para automação - Hematologia com o intuito de manter o abastecimento regular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, de forma ininterrupta, bem como garantir a assistência aos usuários do SUS/DF, com fornecimento de equipamentos automatizados por **COMODATO**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE ÚNICO - AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	95700	399552	CONJUNTO PARA HEMOGRAMA COMPLETO POR AUTOMAÇÃO. Aplicação: realização de exame hematológico completo (hemograma), com quantificação automatizada de elementos celulares do sangue e avaliação de parâmetros eritrocitários, leucocitários e plaquetários, utilizando equipamentos hematológicos multiparamétricos.	TESTE	1.313.231
2	12343	351012	TESTE PARA DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO DO SANGUE(VHS), EM EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO Aplicação: teste hemodinâmico.	TESTE	101.398
3	39762	353073	CONJUNTO PARA CONTAGEM DE RETICULÓCITOS POR AUTOMAÇÃO.	TESTE	66.035

COMODATO

DESCRIPTIVO	QUANTIDADE
EQUIPAMENTOS	70

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

1.2. O presente Termo de Referência foi elaborado com as informações fornecidas pela área técnica - Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico (Gediag) e pela área demandante - Gerência de Programação de Insumos de Laboratório e Almoxarifado (Geprol) no Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, em atenção à vedação constante no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e art. 73 e inc. 1 do art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois a demanda possui baixa elasticidade renda, art. 74 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

1.5. DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS

1.5.1. Os equipamentos deverão ser **NOVOS**, de primeiro uso e em linha de fabricação, totalmente automatizados, com condições plenas de interfaceamento para o sistema informatizado da SES/DF, fornecimento de acessórios e toda infraestrutura do espaço físico, necessária ao funcionamento dos mesmos para a realização do HEMOGRAMA COMPLETO, VHS, CONTAGEM DE RETICULÓCITOS e MORFOLOGIA DIGITAL a serem instalados nas Unidades Laboratoriais das Regiões de Saúde/SES-DF, conforme as Grades de Distribuições 1 e 2 descritas no subitem 8.2.6. deste termo de referência.

1.5.2. Não será aceita a instalação de equipamentos usados, recondicionados, revisados, remontados ou instalados em quaisquer outros laboratórios e/ou eventos.

1.5.3. O Contratado deverá comprometer-se em implantar, gratuitamente, toda e qualquer atualização tecnológica de “software”/“hardware” em todos os equipamentos, durante o período de sua utilização, sem ônus adicional para a SES-DF.

1.5.4. Os equipamentos contidos nesse termo de referência deverão ser substituídos a qualquer momento por problemas no funcionamento e/ou performance analítica dos mesmos:

- Critérios: 4 chamados técnicos mensais pelo mesmo motivo;
- Indisponibilidade mensal devido a manutenções corretivas superior a 48 horas no período de 30 dias.

1.6. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS - GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 1 (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL + EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS)

1.6.1. Os equipamentos disponibilizados nas Unidades Laboratoriais descritas nas Grades de Distribuição 1 deverão:

- Ter produtividade mínima de 100 testes/hora para cada analisador hematológico;
- Ter produtividade mínima de 40 testes/hora e resultados em até 20 minutos para cada analisador automático de VHS;
- Ter produtividade mínima de 30 lâminas por hora para cada analisador de morfologia digital;

- Ter comutatividade entre todos os reagentes utilizados no analisador hematológico (hemograma completo, contagem de reticulócitos e VHS) da Grade de Distribuição 2;

- Para o analisador hematológico e da contagem de reticulócitos: serem totalmente automatizados, capazes de realizar o hemograma completo, por citometria de fluxo, impedância e método ótico, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: WBC, RBC, HCT, VCM, HCM, CHCM, HGB, RDW-CV, RDW-SD, NEUT%, LINF%, MON%, EOS%, BAS%, NEUT#, LINF#, MON#, EOS#, BAS#, PDW, MPV, PCT, PLQ (impedância), PLQ (ótica fluorescente), contagem de RETICULÓCITOS totalmente automatizada, conteúdo de hemoglobina nos reticulócitos, índice de plaquetas e reticulócitos imaturos e análise de líquidos biológicos diversos (líquido peritoneal, pericárdico, sinovial, pleural e cefalorraquidiano).

1.6.2. Deverá ser fornecido 01 corador de lâminas hematológicas semiautomático para cada uma das 13 unidades laboratoriais dispostas na grade de distribuição 1, com fornecimento do kit de coloração hematológica, sem ônus para a SES/DF;

1.6.3. Havendo a possibilidade, poderá ser utilizado um único equipamento para execução dos testes dispostos nesse processo licitatório. Desobrigando, assim, a contratada de instalar equipamentos individualizados para cada um dos testes.

1.7. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS - GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 2 (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR ACOPLADO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL + EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS)

1.7.1. Os equipamentos disponibilizados nas Unidades Laboratoriais descritas nas Grades de Distribuição 2 deverão:

- Ter produtividade mínima de 100 testes/hora para cada analisador hematológico;
- Ter produtividade mínima de 40 testes/hora e resultados em até 20 minutos para cada analisador automático de VHS;
- Ter produtividade mínima de 30 lâminas por hora para cada analisador de morfologia digital;
- Ter comutatividade entre todos os reagentes utilizados no analisador hematológico (hemograma completo, contagem de reticulócitos e VHS) da Grade de Distribuição 1;
- Para o analisador hematológico e da contagem de reticulócitos: ser totalmente automatizados, capazes de realizar o hemograma completo, por citometria de fluxo, impedância e método ótico, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: WBC, RBC, HCT, VCM, HCM, CHCM, HGB, RDW-CV, RDW-SD, NEUT%, LINF%, MON%, EOS%, BAS%, NEUT#, LINF#, MON#, EOS#, BAS#, PDW, MPV, PCT, PLQ (impedância), PLQ (ótica fluorescente), contagem de RETICULÓCITOS totalmente automatizada, conteúdo de hemoglobina nos reticulócitos, índice de plaquetas e reticulócitos imaturos.

1.7.2. Deverá ser fornecido 01 corador de lâminas hematológicas semiautomático + 01 corador de lâminas hematológicas automático para cada uma das 03 unidades laboratoriais dispostas na grade de distribuição 2;

1.7.3. Havendo a possibilidade, poderá ser utilizado um único equipamento para execução dos testes dispostos nesse processo licitatório. Desobrigando, assim, a contratada de instalar equipamentos individualizados para cada um dos testes;

1.7.4. O corador automático acoplado em esteira deve identificar, confeccionar e corar a lâmina (interligado e sem interrupção da realização do hemograma para confecção e coloração, com impressão automática da identificação, contendo no mínimo: nome, data e código do paciente), com sistema para tubos abertos e fechados (com carregamento contínuo). Os equipamentos deverão realizar automaticamente as lâminas das amostras cujos resultados da hematologia tenham acusados alterações, sem interferência do operador, tanto no sistema fechado como aberto, com fornecimento de lâminas e kit de coloração hematológica, sem ônus para a SES/DF;

1.8. ESPECIFICAÇÕES DO ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL:

1.8.1. Deverá ser constituído por unidade óptica constituída por uma câmara, um microscópio e um sistema de computador com software avançado com obtenção e classificação de imagens, licenciado para a operação em 3 computadores independentes (para cada um dos locais relacionados na Grade de Distribuição 1 - item 8.2.6. do Termo de Referência) e para 6 computadores independentes (para cada um dos locais relacionados na Grade de Distribuição 2 - item 8.2.6. do Termo de Referência).

1.8.2. DEVERÁ:

- 1.8.2.1. Pré-classificar as seguintes classes de elementos: neutrófilos bastonetes, neutrófilos segmentados, linfócitos, monócitos, eosinófilos, basófilos, células blásticas, promielócitos, mielócitos, metamielócitos, plasmócitos, linfócitos variantes, células não identificadas, eritroblastos, restos celulares, plaquetas gigantes, grumos de plaquetas, artefatos;
- 1.8.2.2. Reclassificar as células/achados pré-identificados;
- 1.8.2.3. Permitir variar o número de células contadas por esfregaço, a critério do operador;
- 1.8.2.4. Permitir a pré-caracterização dos eritrócitos: policromatofilia, macrocitose, microcitose, anisocitose, poiquilocitose;
- 1.8.2.5. Possuir software com análise da série vermelha avançada;
- 1.8.2.6. Contabilizar as plaquetas através estimativa visual por imagem;
- 1.8.2.7. Dispensar automaticamente óleo no distendido sanguíneo;
- 1.8.2.8. Possuir velocidade igual ou superior a 30 lâminas/hora para análise completa das séries branca, vermelha e plaquetária;
- 1.8.2.9. Possuir interfaceamento bidirecional para a liberação da contagem diferencial da série branca e da análise da série vermelha no sistema de informática laboratorial em uso na SES-DF;
- 1.8.2.10. Possuir um software de última geração para análise avançada de glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e plaquetas. Toda atualização necessária desse software deverá ser realizada sem ônus adicional para a SES-DF;
- 1.8.2.11. Conceder todas as licenças de uso, sem ônus para a SES-DF, conforme estabelecido no item 1.8.1. deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos, bem como o alinhamento da contratação com os instrumentos de planejamento da Pasta encontram-se pormenorizados em Tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar, apêndice I deste Termo de Referência

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice I deste Termo de Referência.

4. JUSTIFICATIVA POR LOTE

- 4.1. A necessidade de ser fornecido por uma única empresa, justifica-se principalmente, devido ao princípio da padronização. Na rotina analítica laboratorial, recomenda-se a utilização de reagentes da mesma marca no equipamento, para que haja padronização dos resultados em todas as unidades laboratoriais.
- 4.2. Por critério técnico, a escolha de licitação por lote único permite a utilização de uma única plataforma, minimizando manuseios desnecessários das amostras dos pacientes, evitando-se erros pré-analíticos, que segundo a literatura especializada são responsáveis por cerca de 70% do total de erros que ocorrem em um laboratório clínico, bem como possíveis contaminações dos profissionais no processo laboral. Além de permitir a otimização dos recursos proporcionada pela economia em escala obtida pela automação com integração física, através da melhoria no processo gerencial de insumos, recursos humanos, testes, separação e segregação dos tubos contendo as amostras, diminuindo o tempo de resposta para o usuário do serviço.
- 4.3. Ainda, os equipamentos sequer possuem tecnologia que suporte a inserção de reagente de marcas diferentes, podendo ocasionar a inexecução dos testes. Nesse caso, para cada teste adquirido seria necessário a instalação de um equipamento diferente, o que é inviável no quesito espaço físico, por necessitarem de treinamento específico para cada metodologia empregada, recursos materiais e humanos para realizar manutenções, calibrações, controle de qualidade e limpeza, além de necessitar de área física maior e adequações da temperatura ambiente, manutenção da qualidade da água, gerenciamento dos resíduos, interfaceamento e adequação da rede elétrica para cada equipamento instalado.
- 4.4. A inclusão de inovações tecnológicas na saúde torna possível aumentar a eficiência dos processos clínicos, ampliar a produtividade, e reduzir os desperdícios de recursos financeiros nos laboratórios de análises clínicas. Permite que todos os sistemas atuem de forma integrada, conectando diferentes setores de um laboratório.
- 4.5. Com o lote único, ocorrerá a redução do número de equipamentos instalados nos laboratórios da Rede, levando com isso, a racionalização do uso de reagentes, água, energia, espaço físico, recursos humanos e, consequentemente, à redução dos gastos ao erário, como já citado. Somado a outras vantagens, como, maior eficiência, maior capacidade para absorver aumentos de demanda, maior confiabilidade, bem como redução de erros decorrentes de falhas humanas e redução de gastos com pessoal.
- 4.6. A decisão de não realizar o parcelamento passa necessariamente pela análise dos prejuízos que podem advir da pulverização da realização dos exames em diversos equipamentos e por mais de uma contratada, seja sob o ponto de vista da gestão, seja sob o ponto de vista da perda de economia de escala, sendo assim, a licitação por lote único torna-se mais eficiente tecnicamente e à administração
- 4.7. O objeto da contratação necessita que todas as suas fases sejam executadas de forma transversal e contínua, desta forma, os itens deverão ser fornecidos sem parcelamento, por se tratar de algo não divisível, entendendo a lógica científica do sistema analítico como um todo. Permite-se assim a viabilidade da execução dos exames, tornando o objeto da contratação mais vantajoso pensando-se em saúde pública, bem como economicamente.

5. TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Para fins de orientação ao gestor competente, não se aplica a concessão dos benefícios de tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, com fulcro no disposto no art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e da disposição do art. 23 da Lei Distrital nº 4.611 /2011, vale ressaltar o seguinte: Nos casos em que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; e se inviável pela própria condição indivisível do objeto. A contratação possui fornecimento de equipamentos em comodato, logo, o tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte não é aplicável.

6. FORMALIZAÇÃO DA COMPRA/CONTRATAÇÃO

- 6.1. A presente compra/contratação se formalizará a partir de termo contratual.
- 6.2. VIGÊNCIA CONTRATUAL: A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2.1. O fornecimento de bens/insumos de que trata a presente contratação é enquadrado como continuado tendo em vista que: (i) A realização dos exames com os produtos objeto deste Termo de Referência visa proporcionar melhor qualidade de vida aos pacientes usuários do SUS, mediante a garantia de qualidade, eficiência e confiabilidade dos procedimentos oferecidos; (ii) Estes exames são utilizados para a tomada de decisões pelas equipes médicas no que tange ao acompanhamento, diagnóstico e prognóstico dos pacientes, e; (iii) A ausência dos insumos descritos no referido item retarda o tratamento, aumenta a morbidade e mortalidade relacionada à diversas doenças hematológicas ou não, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
- 6.3. EXECUTOR DO CONTRATO: Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.
- 6.4. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (art. 2º do Decreto n.º 37.121/2016), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras de reajuste conforme art. 92 e demais cláusulas que serão aplicadas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO

- 7.1.1. Apresentar-se de acordo com as especificações técnicas do fabricante;
- 7.1.2. Apresentar impressora interna e/ou externa para impressão dos resultados, acompanhada dos materiais, bancada e insumos necessários ao seu funcionamento como cartuchos de tinta, "tonner", papel sulfite, papel termossensível ou similar;
- 7.1.3. Trabalhar interfaceados junto ao sistema informatizado da SES/DF e caberá a empresa vencedora do certame, a responsabilidade em prover a conexão de interface, sem ônus para a SES/DF, todos os equipamentos (analisador hematológico, equipamento de VHS, corador automático de lâminas e analisador de morfologia digital);
- 7.1.4. Realizar leitura de código de barras, para as amostras a serem analisadas quando em tubos primários, sendo que os frascos de REAGENTES deverão ser reconhecidos diretamente pelo equipamento sem necessidade de manuseio e/ou substituição de frascos (USO DEDICADO). Deve ainda ter a capacidade de quantificar o número de testes existentes nos frascos em uso e informar em seu monitor para o operador;
- 7.1.5. Funcionar em ambiente de acordo com a temperatura indicada pelo fabricante e a correção de temperatura do local em que o equipamento deverá ser instalado, deverá ocorrer por conta da empresa vencedora, sem ônus para a SES/DF;
- 7.1.6. Ter capacidade de detecção automática do nível de amostras e detector de bolhas, fibrinas e coágulos;
- 7.1.7. Realizar retestagem das amostras automaticamente a partir de parâmetros pré-definidos pelo operador;
- 7.1.8. Possuir arquivo de controle de qualidade capaz de fornecer dados estatísticos (média, desvio padrão e coeficiente de variação), inclusive gráficos de Levey-Jennings para cada analito;

- 7.1.9. Estar acompanhado com as respectivas impressoras de alta performance para impressão dos resultados, quando aplicável;
- 7.1.10. Permitir a colocação dos tubos com as amostras biológicas para serem analisadas de forma contínua, sem que seja necessário interromper a atividade em curso do equipamento para o embarque de amostras;
- 7.1.11. Permitir a extração do banco de dados em arquivo.txt ou similar que permite analisar a produtividade do equipamento;
- 7.1.12. Estar acompanhados dos manuais do equipamento que deverão estar inscritos em língua portuguesa.

7.2. DEMAIS NECESSIDADES CONTRATUAIS

- 7.2.1. A contratada deverá fornecer todos os materiais e insumos adicionais tais como tampões, soluções de lavagem e limpeza, desproteinizantes, e outras soluções recomendadas pelo fabricante na quantidade necessária e suficiente para a realização dos testes adquiridos, sem ônus para a SES-DF;
- 7.2.2. Os controles deverão ter, ao menos dois níveis, em quantidade suficiente para a realização de pelo menos duas verificações diárias (12/12 horas), para todos os parâmetros do lote, incluindo os controles para reticulócitos e líquidos biológicos no analisador hematológico e os controles de VHS;
- 7.2.3. Os controles, para todos os parâmetros, deverão ser de matriz proteica humana, de segunda ou terceira opinião, e que permitam acesso à média de resultados obtidos por lote de controle entre diferentes laboratórios. Inexistindo soluções no mercado, a empresa deverá apresentar a justificativa técnica, que será analisada pela GEDIAG quanto a sua viabilidade. A empresa deverá fornecer os controles, insumos, soluções e reagentes para a validação de todos os itens contratados para todos equipamentos;
- 7.2.4. Apresentar Calibradores, para todos os parâmetros, se necessário. O calibrador poderá ser específico para cada um dos testes e/ou multicalibrador. Deverão contemplar todos os parâmetros adquiridos e reproduzir os valores na faixa "range" estabelecida pelo fabricante durante todo o prazo de range validade e/ou uso;
- 7.2.5. A contratada deverá manter estoque técnico de segurança de consumíveis nas unidades laboratoriais, além do estoque na empresa;
- 7.2.6. Os equipamentos deverão ser instalados de modo a trabalharem por meio de sistema integrado de intercomunicação por estações de trabalho computadorizado instalado pela Contratada ou conectados direto à uma esteira de transporte de amostras (analisadores hematológicos da Grade 2);
- 7.2.7. Demonstrar o desempenho das dosagens para apreciação, quando houver solicitação pela Comissão Técnica, o qual emitirá parecer técnico que será anexado ao processo, sobre o funcionamento do equipamento e reprodutibilidade dos reagentes;
- 7.2.8. A vencedora deverá instalar "nobreaks" (sistema gerador de energia de emergência dentro das normas da ABNT) com capacidade de manutenção do equipamento "offline" mínima de 30 minutos e estabilizadores de voltagem (podendo ser estes últimos integrados ou não aos primeiros), sem ônus adicional para a SES/DF, visando garantir sua estabilidade elétrica, a fim de que não haja interrupção quanto a prováveis quedas de energia durante o uso rotineiro do equipamento analítico;
- 7.2.9. Apresentar interfaceamento e comunicação com os Sistemas de Informação Laboratorial da SES-DF;
- 7.2.10. A vencedora deverá validar, conforme critérios de aceitabilidade estabelecidos pela Gerência de Serviço de Apoio Diagnóstico (GEDIAG), todos os equipamentos instalados na rede SES/DF, que deverá conter, minimamente os estudos de imprecisão e veracidade para todos os analitos e o teste de arraste para o analito mais crítico a ser realizado no equipamento. Ainda, todos os insumos, consumíveis e reagentes necessários para o processo de validação são de responsabilidade da contratada, sem ônus para a SES-DF;
- 7.2.11. Havendo necessidade, a vencedora deverá instalar equipamentos purificadores de água tipo reagente (no mínimo, com grau 2 de pureza - CLSI) para todos os equipamentos de análise, de acordo com as especificações do fabricante e que disponibilize em no seu visor minimamente os seguintes dados: condutividade e resistividade;
- 7.2.12. A estabilidade do reagente dentro do equipamento deverá ser suficiente até o término de sua estabilidade. Caso ocorra a perda onboard da estabilidade, este deverá ser reposto, sem ônus adicional para a SES-DF;
- 7.2.13. Todos os reagentes e equipamentos, deverão ter registro na ANVISA.

7.3. QUANTO AO SISTEMA DE INTERFACEAMENTO LABORATORIAL

- 7.3.1. A contratada deverá fornecer todos os recursos necessários para estabelecer uma comunicação estável e funcional entre o equipamento e o sistema LabTrak (ou outro que venha a substituí-lo). A comunicação ocorrerá por meio de um sistema de interfaceamento, que utilizará rede ethernet protocolo do tipo TCP/IP com meio de enlace de comunicação direta entre o equipamento analítico e/ou pré-analítico. O modo de transmissão de dados mínimo será half-duplex, com tráfego de dados bidirecional. O formato de comunicação deverá seguir o protocolo internacional de comunicação de sistemas de saúde, padrão do tipo Health Level Seven - Brasil (HL7 FHIR-Fast Healthcare Interoperability Resources);
- 7.3.2. A contratada é responsável por todos os aspectos relacionados ao interfaceamento, desde a instalação até a manutenção e evolução do sistema. A instalação deverá ser realizada de forma profissional, garantindo a perfeita comunicação entre o equipamento e o sistema LIS. A manutenção periódica do sistema de interfaceamento é crucial para assegurar a estabilidade e funcionalidade da comunicação. A contratada também deverá acompanhar as evoluções do sistema LIS e do equipamento de análises laboratoriais, adaptando o interfaceamento para garantir a compatibilidade e funcionalidade;
- 7.3.3. A contratada assumirá integralmente a responsabilidade pelos custos relacionados à implantação do sistema de interfaceamento. Todos os recursos necessários para a comunicação fluída dos dados, incluindo hardware, software, desenvolvimento de drivers e ou rotinas, licenças, mão de obra especializada e demais itens, serão de responsabilidade exclusiva da contratada. Assumirá também a responsabilidade por todos os custos envolvidos, incluindo a instalação, manutenção e evolução dos sistemas de interface durante a vigência contratual e ou até o esgotamento total de todos os insumos e reagentes adquiridos pelas unidades laboratoriais da rede SES-DF;
- 7.3.4. A contratada deverá fornecer a documentação técnica completa do sistema de interfaceamento, incluindo o manual do usuário, manual técnico, esquemas de ligação e diagrama de rede. Além disso, a contratada realizará testes de integração do sistema de interfaceamento com o equipamento e o sistema LIS, garantindo a funcionalidade e a precisão da comunicação. Os resultados dos testes deverão ser documentados e apresentados à SES-DF para aprovação;
- 7.3.5. A contratada também fornecerá treinamento aos profissionais da SES-DF responsáveis pela operação e manutenção do sistema de interfaceamento. O treinamento abordará os aspectos técnicos e operacionais do interfaceamento, garantindo a autonomia da equipe na utilização e gestão do sistema. A contratada deverá fornecer suporte técnico durante toda a vigência contratual, garantindo a resolução de eventuais problemas de comunicação entre o equipamento e o sistema LIS. O suporte técnico deverá ser prestado de forma rápida e eficiente, com a disponibilidade de profissionais qualificados para atender às demandas da SES-DF;
- 7.3.6. Todos os dispositivos, equipamentos, sistemas e procedimentos relacionados a comunicação de dados devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A comunicação entre o equipamento e o sistema LIS deverá ser segura e confidencial, garantindo a proteção dos dados sensíveis dos pacientes. A contratada deverá garantir a compatibilidade do sistema de interfaceamento com as normas e padrões de segurança da informação da SES-DF.

7.4. SUSTENTABILIDADE

7.4.1. Com o uso do sistema de comodato é possível atender ao princípio da sustentabilidade, pois, torna-se incisivo adotar tecnologias que causem menos impacto ambiental por meio da redução do número de equipamentos, uso de equipamentos mais modernos e mais eficientes, com isso haverá menor consumo de energia elétrica, menor quantidade de água utilizada nas reações químicas (aumentando a qualidade da reação, visto que a água é um meio de contaminação), melhor aproveitamento do espaço físico, dos Recursos Humanos, dos reagentes, redução dos resíduos laboratoriais, químicos e hospitalares, entre outros benefícios, pois a tecnologia laboratorial evolui de forma rápida.

7.4.2. As empresas participantes do certame deverão observar as seguintes diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 9.178, de outubro de 2017:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
- Os bens a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo, também, com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, no que couber.

7.4.3. Também, atendendo ao princípio da sustentabilidade, torna-se incisivo adotar tecnologias que causem menos impacto ambiental por meio da redução do número de equipamentos, com isso haverá menor consumo de energia elétrica, menor quantidade de água utilizada nas reações químicas (aumentando a qualidade da reação, visto que a água é um meio de contaminação), melhor aproveitamento do espaço físico, dos Recursos Humanos, dos reagentes, redução dos resíduos laboratoriais, químicos e hospitalares, entre outros benefícios.

7.5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA E/OU AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PRODUTO

7.5.1. Para a presente compra/contratação será exigida a **apresentação de catálogos, fichas técnicas e/ou demais documentos relacionados ao objeto**, para fins de avaliação técnica do produto ofertado.

7.5.2. A documentação deverá ser encaminhada no **momento do cadastramento da proposta**, e será analisada pela área técnica, conforme os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

7.5.2.1. Será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) bulas que contenham a descrição em português detalhada dos reagentes;
- b) bulas ou ficha técnica que contenham a descrição em português detalhada dos calibradores, controles, soluções e demais consumíveis;
- c) catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada dos equipamentos ofertados;

7.5.3. **A critério da área técnica responsável**, poderá ser solicitada a apresentação de **amostras e/ou a realização de testes de desempenho** para fins de avaliação conclusiva dos produtos.

7.5.4. Caso exigida amostra, o proponente deve enviar/apresentar OS EQUIPAMENTOS, REAGENTES E INSUMOS/SOLUÇÕES, com material suficiente para a realização dos testes 30 (trinta) testes exemplares de cada item, a título de amostra, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.5. A prorrogação do prazo para envio/recebimento da amostra poderá ser concedida mediante solicitação fundamentada do interessado, enviada pelo chat antes do vencimento.

7.5.6. A avaliação do pedido de prorrogação para o recebimento da(s) amostra(s) será realizada pelo operador do sistema de compras/contratação, desde que o produto esteja em trânsito. Para tanto, o fornecedor deverá comprovar que a postagem da(s) amostra(s) foi realizada dentro do prazo estabelecido, informando o código de rastreamento e o andamento da entrega por meio do endereço eletrônico **ccomp.daq@saude.df.gov.br**.

7.5.7. O local para a instalação dos equipamentos e a realização dos testes das amostras serão definidos pela GEDIAG no momento do aceite da proposta. As amostras deverão ser encaminhadas para o local de testes.

7.5.8. Demonstrada a impossibilidade de instalação dos equipamentos, a empresa vencedora poderá indicar um local para a realização dos exames, no qual já tenha o mesmo equipamento oferecido na proposta. O local indicado deverá, preferencialmente, estar localizado no Distrito Federal. Se em outro Estado, o deslocamento, gastos de hospedagem e alimentação da equipe de pareceristas dar-se-á às custas da contratada;

7.5.9. As amostras deverão estar dentro do prazo de validade e devidamente identificadas, preferencialmente com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa, CNPJ, número do edital e processo, nome da pessoa para contato e telefone, bem como número do item a que se referem.

7.5.10. O acondicionamento das amostras deve garantir a integridade do material, protegendo-o da ação da luz, poeira e umidade. As embalagens devem estar lacradas e apresentar, de forma legível, a marca do fabricante, validade, referência do material, e descrição em língua portuguesa.

7.5.11. As amostras deverão ser apresentadas juntamente com Bulas/Rótulo que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado.

7.5.12. Não serão aceitas amostras com sinais de avarias, defeitos, danos ou que não estiverem devidamente embaladas e identificadas e não atenderem às especificações e requisitos acima descritos.

7.5.13. Os licitantes deverão disponibilizar, sem ônus, todas as condições necessárias à realização de testes, bem como fornecerem manuais em língua portuguesa, quando aplicável, para o correto manuseio dos produtos.

7.5.14. A Administração poderá utilizar todos os meios legais disponíveis para avaliação da qualidade dos produtos, podendo abrir, manusear, desmontar ou submeter os itens a testes, devolvendo-os ao licitante no estado em que se encontrarem ao final da análise.

7.5.15. Serão utilizados para o julgamento de aceitabilidade do produto ofertado os critérios objetivos deste Termo de Referência e relacionados no Apêndice IV (Protocolo de Avaliação de Amostras);

7.5.16. Os resultados da avaliação técnica serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico.

7.5.17. Caso as amostras do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não sejam aprovadas, será analisada a proposta subsequente, aplicando-se o mesmo procedimento até que se encontre uma amostra que atenda às exigências do Termo de Referência.

7.5.18. As **amostras aprovadas** serão destinadas às unidades competentes da SES/DF, com a finalidade de análise comparativa dos produtos entregues, logo, não serão devolvidas ao fornecedor.

7.5.19. Compete exclusivamente ao licitante o ônus pelo envio e pela retirada das **amostras não aprovadas**.

7.5.20. Após a homologação do certame, **as amostras não aprovadas** deverão ser retiradas pelos respectivos fornecedores no prazo de **07 (sete) dias úteis**. O não cumprimento deste prazo autoriza a Administração a proceder ao descarte, sem direito a ressarcimento.

7.6. SUBCONTRATAÇÃO

7.6.1. Não será admitida a subcontratação parcial do objeto.

7.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

7.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

7.7.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato.

7.7.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao explícito no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

7.7.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

7.7.5. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

7.8. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/EMIÇÃO DA NOTA DE EMPENHO

7.8.1. As empresas que se sagrarem vencedoras deverão apresentar a documentação abaixo:

7.8.1.1. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE):** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou **Autorização Especial (AE) quando se tratar de medicamentos ou substâncias, sujeitos a controle especial**. Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) - destacando a empresa - ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA;

7.8.1.2. **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) Estadual/ Municipal/ Distrital** (vigente): conforme disposto na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, regulamentado no Decreto nº 74.170 de 10 de junho de 1974;

7.8.1.3. **Certificado de Boas Práticas de Fabricação/ANVISA:** será obrigatório para os produtos deste termo de referência que sejam classificados como grau de risco , segundo a RDC nº 15/2014. Classes III e IV Não serão aceitos protocolos. para solicitação do CBPF serão aceitos protocolos de Revalidação de CBPF;

7.8.1.4. Tratando-se de produto importado, apresentar vigente da unidade CBPF fabril por linha de produção emitido pela autoridade sanitária brasileira ou expedido pela autoridade sanitária do país de origem, em plena validade e devidamente traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado e consularizado;

7.8.1.5. A empresa deverá apresentar em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo Certificado de Registro de Produto de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09 /1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro.

7.9. DA VISTORIA

7.9.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado pela chefia da unidade ou servidor indicado, de segunda a sexta-feira, horário comercial. De forma que a vistoria dos espaços serão os seguintes:

UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO
Laboratório Regional do Guará - LRGU	QE 23, Guará II, Brasília/DF, CEP: 71.025-000, Guará II - DF
Laboratório Regional de Ceilândia - LRC	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 70.719-040, Ceilândia - DF
Unidade Mista de Taguatinga - UMST	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 70.297-400, Taguatinga Centro - DF
Unidade Mista de São Sebastião - UMSS	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF
Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF
Hospital Regional de Brazlândia – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brazlândia - DF
Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF
Hospital Regional do Guará – HRGU	Área Especial – QI 06 Lote “C”, CEP: 71.010- 006, Guará I - DF
Hospital da Região Leste (Paranoá) - HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-050, Paranoá – DF
Hospital Regional do Gama - HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF
Hospital Regional de Planaltina - HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF
Hospital Regional de Sobradinho - HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF
Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF
Hospital Regional de Taguatinga - HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF

Hospital de Apoio de Brasília - HAB	Q AENW 03 lote A, CEP: 70.684-831, Setor Noroeste - DF
Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF

7.9.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, de modo que as vistorias sejam realizadas individualizadamente com cada interessado.

7.9.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.9.3.1. A vistoria deverá ser realizada até 2 dias úteis antes da abertura da Dispensa Eletrônica e deverá ser agendada através do e-mail: gediag.duaec@saude.df.gov.br;

7.9.3.2. As Proponentes deverão procurar a chefia, ou o seu substituto, de acordo com os locais indicados e aptos a serem vistoriados, para que os acompanhe quando da vistoria prévia, nos dias e horários acima indicados e conforme agendamento prévio;

7.9.3.3. O representante deverá assinar lista de presença, registrando-se civilmente. A hora de chegada para a vistoria e seu respectivo término será registrada pela SES/DF.

7.9.3.4. O representante deverá apresentar cópia de documento que comprove seu vínculo jurídico com a Proponente;

7.9.3.5. Ao final da vistoria, a SES/DF emitirá Declaração de Vistoria, Apêndice V, circunstanciando o atendimento desta exigência. Tal documento deve ser apresentado na habilitação da interessada, no momento em que for exigido. O custo da vistoria é por conta da Proponente.

7.9.3.6. A declaração deverá ser em papel timbrado da SES/DF, com a assinatura legível e matrícula do chefe da unidade ou substituto;

7.9.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.9.4.1. Nesse sentido, caso a Proponente não visite os locais, deverá apresentar declaração que não realizou as vistorias, conforme Declaração de Desistência de Visita Técnica, Apêndice VI, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento das características e condições de local para a prestação do serviço, não sendo aceito a alegação de incidência para se eximir das obrigações assumidas, cobrar valores à parte ou solicitar a alteração nos valores do serviço.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. PRAZO DE ENTREGA

8.1.1. Os prazos para entrega possuem os seguintes marcos:

8.1.1.1. Os produtos alvo da presente contratação deverão ser entregues em no mínimo 06 e no máximo 10 entregas.

8.1.1.2. A primeira entrega dos produtos deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos após publicação do Contrato Administrativo. As entregas subsequentes dos produtos deverão ser realizadas conforme definido no instrumento de contratação.

8.1.1.3. O cronograma de entregas poderá ser modificado conforme a capacidade técnica de armazenamento, a critério da Administração e a qualquer momento durante a vigência do contrato.

8.1.2. Os equipamentos deverão ser entregues nas unidades laboratoriais em até 60 (sessenta) dias corridos, após publicação do Contrato Administrativo.

8.1.3. Os reagentes, objeto de contratação, deverão ser entregues conforme cronograma de entrega a ser elaborado pela área técnica e/ou executor do contrato, após assinatura do contrato.

8.1.4. A entrega deverá ser realizada em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento.

8.1.5. O prazo para entrega poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados. A empresa deverá comunicar as razões respectivas até a data limite que a entrega deveria ocorrer, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.1.6. Os pedidos de prorrogação serão instruídos e analisados, no que couber, pela ASSAIS/SUAG e a concessão das alterações, quando for o caso, será autorizada pela a SUAG/SES (Artigos 100, 101 e 102 da Portaria nº 170 /2018, SES/DF);

8.1.7. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente, pelo Edital.

8.2. DO LOCAL DE ENTREGA

8.2.1. O horário de funcionamento das centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF é de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

8.2.2. Os produtos alvo da presente contratação deverão ser entregues em no mínimo 04 e no máximo 12 entregas;

8.2.3. A primeira entrega dos produtos deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos após publicação do Contrato Administrativo. As entregas subsequentes dos produtos deverão ser realizadas conforme definido no instrumento de contratação;

8.2.4. O cronograma de entregas poderá ser modificado conforme a capacidade técnica de armazenamento, a critério da Administração e a qualquer momento durante a vigência do contrato;

8.2.5. As entregas dos insumos na Secretaria de Saúde do Distrito Federal deverão ser agendadas, por meio do e-mail indicado no Pedido de Aquisição de Material - PAM;

8.2.5.1. Os produtos deverão ser entregues no Distrito Federal, no endereço conforme especificado no Pedido de Aquisição de Material - PAM, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas: PARQUE DE APOIO – SES/DF, SIA/SAPS, FARMÁCIA CENTRAL: BLOCO G, LOTE 06 CEP: 71215-000;

8.2.5.2. A confirmação do agendamento ficará condicionada à disponibilidade de data. Portanto, as solicitações de agendamento devem ser realizadas com antecedência mínima de 72 horas da data pretendida para entrega.

8.2.6. As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas conforme cronograma de entrega a ser elaborado pela área técnica, nos endereços abaixo:

GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 1:

UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL)	EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS
Unidade Mista de São Sebastião - UMSS	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Brazlândia – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brazlândia - D	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional do Guarã – HRGU	Área Especial – QI O6 Lote “C”, CEP: 71.010- 006, Guarã I - DF I	01 + 01 + 01	01
Hospital da Região Leste (Paranoá) - HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-050, Paranoá – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional do Gama - HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Planaltina - HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Sobradinho - HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Taguatinga - HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital de Apoio de Brasília - HAB	Q AENW 03 lote A, CEP: 70.684-831, Setor Noroeste - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF	01 + 01 + 01	01
TOTAL		13 + 13 + 13	13

GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 2:

UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR ACOPLADO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL)	EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS
Laboratório Regional do Guarã - LRGU	QE 23, Guarã II, Brasília /DF, CEP: 71.025-000, Guarã II - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
Laboratório Regional de Ceilândia - LRC	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 70.719-040, Ceilândia - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
Unidade Mista de Taguatinga - UMST	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 70.297-400, Taguatinga Centro - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
TOTAL		06 + 03 + 03 + 03	03

OBS.: Os equipamentos poderão ser transferidos entre as unidades da SES/DF, conforme a necessidade da mesma. Ainda, em caso de aditivção do quantitativo de exames contratados ao longo da vigência do contrato, a critério da SES/DF, também deverão ser fornecidos equipamentos adicionais (nas hipóteses de aluguel de equipamento ou comodato). O fornecimento dos mesmos, uma vez solicitado pela SES/DF, deverão ser correspondentes ao aditivo realizado, considerando o quantitativo de equipamentos na proposta inicial. Considerando o total de 19 analisadores hematológicos, cada um correspondente a 19/100 do valor total da contratação, ou seja, a cada possível aditivo de 19% poderá ser solicitado a entrega de mais um equipamento (analisador hematológico e corador

semiautomático), os percentuais serão calculados por grade de distribuição. O prazo de entrega de cada equipamento adicional, caso requerido após o aditivo, seguirá os mesmos prazos definidos para a proposta inicial.

8.3. CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E ENTREGA

- 8.3.1. Os produtos do Termo de Referência não poderão ser encaminhados via Correio.
- 8.3.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário.
- 8.3.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento.
- 8.3.4. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.
- 8.3.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

8.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 8.4.1. Apresentar o produto com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo) devem estar em português;
- 8.4.2. Apresentar os produtos em suas unidades de acondicionamento (embalagem individual), o número do lote, a data de validade, tipo de esterilização (se for o caso), o nome comercial de forma legível em atendimento ao Código de Defesa do Consumidor, artigo 31 que diz:
“A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que; apresentam à saúde e segurança dos consumidores”
- 8.4.3. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens secundárias a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, tendo em vista a não violação do processo de esterilização. Preconiza-se a utilização de etiquetas invioláveis;
- 8.4.4. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos;
- 8.4.5. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda e armazenamento dos produtos a fim de não haver a deterioração do material, conforme art.40, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;
- 8.4.6. Apresentar no ato da entrega de cada parcela cópia do Certificado de Registro de Produto em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23 /09/1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro.
- 8.4.7. Os produtos deverão vir organizados em lote e permitir a avaliação de uma amostra de cada lote, pela equipe do recebimento;
- 8.4.8. Caso o quantitativo entregue seja superior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do excedente e Nota Fiscal de Simples Remessa, para que possa ser legalizado tal recebimento;
- 8.4.9. Caso o entregue seja inferior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do quantitativo e solicitando o cancelamento do saldo não entregue, para que possa ser legalizado tal recebimento;
- 8.4.10. Apresentar, no ato da entrega de cada parcela, impresso na nota fiscal, os números dos lotes, a quantidade do material contida em cada lote e a data de validade desses lotes;
- 8.4.11. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deverá seguir conforme abaixo:
 - 8.4.11.1. Não podem ser recebidos reagentes com menos de 3 (três) meses de validade;
 - 8.4.11.2. Produtos com validade entre 3 (três) e 6 (seis) meses - será admitida a entrega do produto, acompanhado do Termo de Compromisso de Troca (Apêndice III), obrigando-se, o fornecedor, quando acionado, a proceder a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções;
 - 8.4.11.3. Produtos com validade de 6 (seis) meses ou superior - recebimento automático desde que entregues na quantidade programada para aquele período de entrega, caberá a SES DF avaliar se será recebido um quantitativo maior que o programado para o período. No caso de quantidade superior ao período, o Termo de Compromisso de Troca torna-se obrigatório;
 - 8.4.11.4. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF;
 - 8.4.11.5. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF;
 - 8.4.11.6. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente;
 - 8.4.11.7. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora.
- 8.4.12. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF;
- 8.4.13. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF;
- 8.4.14. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente;
- 8.4.15. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora;
- 8.4.16. O descarte de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca e não utilizados até a expiração do prazo de validade deverá ser realizado pela empresa fornecedora. Uma vez acionada para efetivação da troca, a empresa deverá proceder com o recolhimento dos produtos vencidos nas centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF, estando passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente, em caso de descumprimento desta cláusula;

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 9.6. O fornecedor contratualizado deverá apresentar à Contratante, após formalizado o contrato, Plano de Treinamento para os profissionais das unidades hospitalares que utilizarão os equipamentos fornecido em comodato.

9.7. PREPOSTO

- 9.7.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 9.7.2. Caberá ao preposto designado:
- 9.7.2.1. Gerenciar a execução do contrato.
- 9.7.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

9.8. FISCALIZAÇÃO

- 9.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133 de 2024, art. 117, caput).
- 9.8.2. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

9.9. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- 9.9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 44.330, art. 24, VI).
- 9.9.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 9.9.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 9.9.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 9.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 9.9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 9.9.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 9.9.7.1. Encaminhar relatório de instalação e retirada dos equipamentos;
- 9.9.7.2. Encaminhar relatório de instalação de *interface*;
- 9.9.7.3. Encaminhar relatório mensal quanto ao fornecimento de consumíveis para os equipamentos;
- 9.9.7.4. Encaminhar relatório mensal quanto ao atendimento de chamados técnicos e científicos;
- 9.9.7.5. Encaminhar relatório (mensal ou trimestral) do estoque ou consumo dos reagentes entregues na farmácia central.

9.10. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 9.10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 9.10.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 9.10.3. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto 44.330/2023, art. 25, VII).

9.11. GESTOR DO CONTRATO

- 9.11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 9.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

- 9.11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 9.11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 9.11.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 9.11.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 9.11.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto 44.330/2023, art. 23, V).

10. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 10.1. Manter, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2. Fornecer todos os reagentes adicionais tais como tampões, soluções de lavagem e limpeza, desproteinizantes, e outras soluções recomendadas pelo fabricante na quantidade necessária e suficiente para a realização dos testes adquiridos, além de assessorios (cubetas, etc) necessários para a realização do teste, assim como qualquer outro material indispensável, sem ônus adicional para SES/DF;
- 10.3. Fornecer o menor fator de embalagem para os reagentes disponíveis pelo fabricante (ex: reagente para dosagem da glicose (fabricante X), embalagens disponíveis: 100, 500, 1000, 5000 testes - fornecer sempre a embalagem contendo 100 testes);
- 10.4. Adequar a temperatura do ambiente em que serão instalados os equipamentos para que funcionem na temperatura indicada pelo fabricante, inclusive providenciar a instalação de equipamentos de condicionadores de ar, se for o caso, sem ônus para a SES/DF;
- 10.4.1. A empresa fará toda a adequação estrutural, elétrica e hídrica, se necessária ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem ônus para a SES/DF;
- 10.5. Disponibilizar o interfaceamento bidirecional compatível com o sistema informatizado da SES/DF, inclusive com o cabeamento até o servidor da interface, pelo período de utilização do equipamento, provendo as atualizações dos equipamentos e interface necessários ao pleno funcionamento do sistema e o backup do softwares sistema, sem ônus para a SES/DF. Permitir o gerenciamento dos resultados de exames dos pacientes, por meio de "delta check", controle e análise de "flags" emitidos pelo equipamento. Permitir a comunicação do middleware (gerenciador do sistema integrado de automação entre o LIS e o resultado final) com o sistema informatizado ora instalado nas Unidades Laboratoriais descritas nesse Termo de Referência e/ou outra funcionalidade que ofereça a captura de laudos; apresentar backup do , e este deverá entrar em funcionamento automaticamente (de imediato) na falha do sistema middleware principal. Possibilitar a rastreabilidade do lote de reagente utilizado em cada resultado do paciente;
- 10.6. Responsabilizar-se por todas as despesas de instalação para o interfaceamento, bem como o interfaceamento propriamente dito, sua manutenção e evolução durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES/DF;
- 10.7. Anexar o protocolo de comunicação do equipamento à proposta;
- 10.8. Proporcionar treinamentos iniciais de acordo com a demanda e cronograma estabelecido pelo executor do contrato e/ou GEDIAG, bem como palestras, cursos técnico-científicos pertinentes à área de uso do(s) equipamento(s), avanços tecnológicos e reciclagem educativa a serem ministrados por equipe científica da própria empresa vencedora ou por ela designada aos usuários dos equipamentos, servidores da rede de laboratórios e sem ônus para a SES/DF. O treinamento inicial e retreinamentos previamente acordados serão às expensas da contratada e o material necessário para a realização dos treinamentos deverá ser fornecido pela contratada sem ônus para a SES/DF; Será a realização de, no mínimo, 01 (um) obrigatória treinamento anual, com carga horária mínima de 08 horas, para atualização de todos os servidores que executam os exames da contratada;
- 10.9. Disponibilizar equipe técnica e assessoria científica, com representação no Distrito Federal, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e/ou assessoria ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias na semana, incluindo finais de semana e feriados, legalmente habilitados e com experiência comprovada, incluindo contato telefônico de fácil acesso ou acesso remoto com dados abertos (0800 ou similar), o que deverá ser anexado na proposta documentação que comprove a residência desta equipe e assessoria no DF. A assessoria científica deve ser prestada por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM ou CRBM);
- 10.10. A partir da data de início do contrato, a Contratada deverá disponibilizar serviço de registro e acompanhamento de chamados técnicos por intermédio de telefone. Este serviço compreende uma estrutura de suporte centralizado para o atendimento, registro e acompanhamento de chamados técnicos, bem como o acionamento e controle de deslocamento dos técnicos;
- 10.11. Prestar assessoria científica por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM ou CRBM);
- 10.12. Ofertar equipamentos de boa qualidade que estejam em conformidade com os padrões exigidos pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- 10.13. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes aos serviços objeto deste termo de referência;
- 10.14. Os funcionários e técnicos prestadores de serviços da empresa contratada deverão usar identificação, devidamente reconhecida pela SES/DF;
- 10.15. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Contrato, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião das visitas de apoio técnico;
- 10.16. Cumprir os prazos estabelecidos. O descumprimento dos prazos sem justificativa aceita pela SES/DF, bem como a não apresentação de comprovação de procedência do material utilizado, quando solicitado, acarretará em aplicação de penalidades, com base na legislação vigente;
- 10.17. Comprometer-se a entregar mensalmente à Gerência de Apoio Diagnóstico, GEDIAG/CATES/DUAEC/SAIS/SES, relatório de visita de inspeção técnica e relatório estatístico de produtividade de todos os equipamentos instalados, garantindo seu funcionamento. O relatório deverá ser e assinado pelo chefe do núcleo em que o equipamento se encontrar instalado;
- 10.18. Comprometer-se a atender aos chamados técnicos Caso não no prazo máximo de 4 (quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados. seja possível o reparo do equipamento defeituoso dentro de um a partir da abertura do chamado, a contratada se prazo de 12 (doze) horas, responsabilizará pelo transporte das amostras, conforme as normas vigentes para transporte de amostra biológica, para as unidades de apoio até a resolução conclusa do chamado técnico, a critério da chefia da unidade local, sob pena de sanções administrativas junto ao órgão competente. Havendo necessidade de substituição de equipamentos, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias. Manter esse serviço durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES-DF;
- 10.19. Realizar semestralmente, em todas as estações de água instaladas na SES/DF, análise da qualidade da água trazendo as seguintes informações:

- Determinação da condutividade/resistividade;
- Determinação da contaminação bacteriana;
- Determinação das substâncias orgânicas;
- Determinação da sílica solúvel, como SiO₂.

10.20. Os equipamentos deverão ser mantidos em pleno funcionamento inclusive com fornecimentos de impressoras, insumos, *nobreak*, acessórios, reagentes adicionais, assistência técnica, manutenção da temperatura ambiente, purificação de água, interfaceamento, atendimento aos chamados e treinamentos, mesmo após findado e/ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos pela SES/DF sejam consumidos;

10.21. A retirada dos equipamentos fica condicionada ao término da vigência do contrato, mediante autorização do executor do contrato.

11. DA INSTALAÇÃO

11.1. Nos primeiros 10 (dez) dias úteis do período de vigência do Contrato, serão marcadas, pela Contratante, reuniões com a Contratada para:

- 11.1.1. Formalizar os documentos e arquivos eletrônicos para troca de informações entre Contratante e Contratada;
- 11.1.2. Detalhar o processo de entrega e instalação dos equipamentos, do qual resultará um Cronograma de Entrega e Instalação.

11.2. A Contratada deverá instalar os equipamentos adquiridos em até 60 (sessenta) dias corridos após a publicação do Contrato, em horário comercial, nos dias úteis a ser acordado com a Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico - GEDIAG/DUAEC/CATES/SAIS/SES, sem ônus adicional ao erário da Rede SES-DF;

11.3. A Contratada deverá realizar, caso seja necessário, com todas as adequações necessárias para a instalação dos equipamentos, incluindo as adequações físicas, sem ônus para a SES.

12. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. A partir da data de início do Contrato, a Contratada deverá disponibilizar serviço de registro e acompanhamento de chamados técnicos por intermédio de telefone (0800 ou similar) ou correio eletrônico (e-mail) válido, durante o horário proposto para atendimento. Este serviço compreende uma estrutura de suporte centralizado para o atendimento, registro e acompanhamento de chamados técnicos, bem como o acionamento e controle de deslocamento dos técnicos;

12.2. A empresa CONTRATADA deverá prestar assessoria científica por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe;

12.3. A empresa vencedora da licitação se comprometerá a atender aos chamados técnicos no prazo máximo de 4 (quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados. Caso não seja possível o reparo do equipamento defeituoso dentro de um a partir da abertura do prazo de 12 (doze) horas, chamado, a contratada se responsabilizará pelo transporte das amostras, conforme as normas vigentes para transporte de amostra biológica, para as unidades de apoio até a resolução conclusa do chamado técnico, a critério da chefia da unidade local, sob pena de sanções administrativas junto ao órgão competente. Havendo necessidade de substituição de equipamentos, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias. Manter esse serviço durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES-DF;

12.4. A SES/DF não oferece seguro pelo equipamento e seus periféricos contra possíveis danos a terceiros produzidos por defeitos de fabricação;

12.5. A empresa deverá disponibilizar escritório ou oficina no Distrito Federal para a prestação dos serviços (24h/7 dias);

12.6. A Assistência Técnica deverá ser fornecida durante a vigência do contrato e enquanto existirem insumos para realização de testes contidos no objeto, sem ônus adicional para a SES/DF.

13. MANUTENÇÃO CORRETIVA

13.1. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos equipamentos, recolocando o equipamento defeituoso em perfeitas condições de uso, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças e componentes, ajuste e reparos, testes de calibração, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, limpeza e aspiração na parte interna dos equipamentos;

13.2. A manutenção corretiva deverá ser realizada nos equipamentos que apresentarem defeitos, mediante abertura de chamado técnico por parte da CONTRATANTE, com a finalidade de recolocá-los em perfeitas condições de uso, em conformidade com o estabelecido em Contrato e pelos manuais e normas técnicas específicas sem ônus adicional para a SES/DF;

13.3. A empresa vencedora da licitação se comprometerá a atender aos chamados técnicos no prazo máximo de 4 (quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados. Caso não seja possível o reparo do equipamento defeituoso dentro de um a partir da abertura do prazo de 12 (doze) horas, chamado, a contratada se responsabilizará pelo transporte das amostras, conforme as normas vigentes para transporte de amostra biológica, para as unidades de apoio até a resolução conclusa do chamado técnico, a critério da chefia da unidade local, sob pena de sanções administrativas junto ao órgão competente. Havendo necessidade de substituição de equipamentos, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias. Manter esse serviço durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES-DF;

13.4. O horário coberto deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente;

13.5. As peças ou componentes de equipamentos que apresentarem defeitos ou problemas técnicos deverão ser substituídos por materiais novos, mediante a aprovação da Contratante, por intermédio dos executores do contrato sem ônus adicional para a SES/DF;

13.6. As peças e componentes necessários à prestação dos serviços, bem como todo material de consumo/suprimentos utilizados na manutenção, seja ela preventiva ou corretiva, serão fornecidos pela Contratada sem ônus adicional para a SES/DF;

13.7. A Contratada deverá garantir os serviços executados, que incluam substituição de peças e componentes, decorrentes da manutenção, enquanto existirem insumos para realização de testes contidos no objeto, sem ônus adicional para a SES/DF;

13.8. A Manutenção Corretiva deverá ser fornecida durante a vigência do contrato e quando este for renovado.

14. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

14.1. Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por finalidade executar qualquer serviço que envolva limpeza, calibração, ajustes, testes e revisões que visem evitar a ocorrência de quebras ou defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante dos mesmos;

14.2. As manutenções preventivas deverão ser realizadas de acordo com orientações constantes no manual do equipamento, e consenso entre a assessoria científica da contratada e a chefia da unidade laboratorial e cópia para a SES/SAIS/CATES/DUAEC/GEDIAG;

14.3. A Manutenção Preventiva deverá ser fornecida durante a vigência do contrato e quando este for renovado;

14.4. Nas situações em que forem observadas perdas de insumos e acessórios decorrentes de mal funcionamento dos equipamentos, em razão de manutenção corretiva e/ou preventiva deficiente por parte da empresa vencedora, bem como qualquer outro consumo anormal e inesperado decorrente de falha nessas manutenções, a empresa vencedora deverá repor imediatamente o material e insumos perdidos, sem quaisquer ônus para a SES/DF.

15. OBSERVAÇÃO

15.1. TODAS AS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, CHAMADOS TÉCNICOS, BEM COMO SUBSTITUIÇÃO DE MÁQUINAS, PEÇAS E COMPONENTES, AJUSTES, REPAROS, TESTES DE CALIBRAÇÃO DEVEM SER EXECUTADAS PELA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A SES/DF.

16. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

16.1. A Contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES-DF, tais documentos;

16.2. A Contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES-DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos;

16.3. Cada profissional deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES-DF ou a serviço desses, salvo se expressamente autorizado, APÊNDICE VII, Termo de Confidencialidade de Informações;

16.4. Cada profissional deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela SES-DF não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES-DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas;

16.5. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES-DF;

16.6. Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em informação computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da Contratante;

16.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto;

16.8. As obrigações constantes deste Termo não serão aplicadas às informações que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis;

16.9. A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da Contratante;

16.10. A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações;

16.11. A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios;

16.12. A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**17.1. RECEBIMENTO DO OBJETO**

17.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por servidor atuante na unidade do Local de Entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

17.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no saldo do prazo inicialmente estipulado para tanto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.1.3. O recebimento técnico caberá à Área Técnica responsável pela contratação, e ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal, §3º do art. 73, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

17.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento técnico, mediante processamento dos dados do recebimento no sistema eletrônico de gestão de materiais da SES/DF, §3º do art. 72, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

17.1.5. O prazo para recebimento técnico poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

17.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

17.2. LIQUIDAÇÃO

17.2.1. A liquidação e pagamento das despesas oriundas da compra/contratação pretendida são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório, técnico e definitivo.

17.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 8 dias úteis para fins de liquidação, conforme previsão constante na Portaria SES/DF nº 170/2018.

17.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.2.3.1. O prazo de validade;
- 17.2.3.2. A data da emissão;
- 17.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 17.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 17.2.3.5. O valor a pagar;
- 17.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

17.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

17.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- 17.2.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- 17.2.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

17.2.7. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação. Não havendo regularização o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

17.3. PRAZO DE PAGAMENTO

17.3.1. O pagamento à Contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010.

17.3.2. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta.

17.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

17.3.4. Forma de Pagamento

- 17.3.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 17.3.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.3.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.3.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 17.3.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE/ITEM**.

18.1.2. As propostas deverão ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega.

18.1.3. As proponentes deverão apresentar propostas em consonância com as especificações técnicas deste documento com respectivas marcas, modelos e preços dos produtos ofertados.

18.1.4. Serão desclassificadas as propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

18.1.5. É indispensável o parecer técnico para os produtos deste Termo de Referência.

18.1.5.1. As propostas serão avaliadas, no requisito técnico, por servidores habilitados da Rede SES/DF, a serem indicados pela Gerência de Apoio Diagnóstico (GEDIAG) e poderá designar servidores dos Núcleos de Patologia Clínica (NUPACs) para auxiliar na validação dos equipamentos/insumos caso seja necessário;

18.1.6. Em caso de produto importado, a empresa deverá traduzir e autenticar todos os documentos que apresentar à SES/DF, por ocasião de alguma resposta ou comprovação por tradutor público juramentado e consularizado;

18.1.7. A proposta deve conter correio eletrônico (e-mail) válido para eventuais comunicações, inclusive notificações financeiras.

18.1.8. A empresa deverá apresentar Declaração comprometendo-se a apresentar, no momento solicitado, a documentação relacionada no Apêndice II deste Termo de Referência.

19. EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para fins de comprovação da qualificação técnica:

19.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou

privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.2.1. Atestado de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.2.2. Informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

20. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1. Os valores estimados para a compra/contratação serão balizados em momento posterior à elaboração deste Termo de Referência, pela área competente para tanto, conforme disposto no Decreto Distrital nº 39.546/2018 (Regimento Interno da SES/DF), seguindo à metodologia estipulada no Decreto distrital nº 44.330/2023 para pesquisa de preço.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SES/DF.

21.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

21.2.1. Gestão/Unidade: GESTÃO: 17901/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 23901;

21.2.2. Fonte de Recursos: 100 / 138;

21.2.3. Programa de Trabalho: 10.302.6202.4009.0002;

21.2.4. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.

21.3. A modalidade de empenho para a compra/contratação será: **Global**

21.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A Licitante vencedora deverá respeitar as Normas Distritais de ordem pública que impõem condições sociais obrigatórias às empresas que contratam com o Governo do Distrito Federal.

22.2. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na [LEI Nº 5.061, DE 08 DE MARÇO DE 2013](#).

22.3. Fica obrigada a respeitar os termos estipulados no [DECRETO Nº 38.365, DE 26 DE JULHO DE 2017](#), que regulamenta a [LEI Nº 5.448, DE 12 DE JANEIRO DE 2015](#), o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

22.4. Fica obrigada a respeitar os termos estipulados na [LEI Nº 5.757, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016](#), que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

22.5. Deverá observar as exigência de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal, conforme previsto na [Lei n.º 6.679/2020](#).

22.6. Deverá observar as práticas de prevenção e ao enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, conforme prevê o [Decreto nº 46.174/2024](#).

22.7. Deverá observar a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal, consoante a [Lei n.º 4.799/2012](#).

22.8. Deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD [Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#), comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

22.9. Deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

23. APÊNDICES

Apêndice I - Estudo Técnico Preliminar

Apêndice II - Declaração de Compromisso

Apêndice III - Termo de Compromisso de Troca

Apêndice IV - Protocolo de Avaliação de Amostras

Apêndice V - Declaração de Vistoria

Apêndice VI - Declaração de Desistência de Vistoria

Apêndice VII - Termo de Confidencialidade de Informações

24. DAS ASSINATURAS

Os responsáveis pela elaboração e aprovação deste Termo de Referência, não se enquadram na vedação do artigo 14º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Responsável da área técnica: Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico - GEDIAG/DUAEC/CATES/SAIS/SEAS/SES.

Responsável pela consolidação das informações no Termo de Referência: Assessoria de Elaboração de Instrumentos de Contratação - ASSEIC/SULOG/SEGEA/SES.

Autoridade Imediatamente Superior pela Aprovação do Termo de Referência:

Corroboro o presente Termo de Referência, em conformidade com o artigo 20, inciso XIX da Portaria 210/2017 - SES/DF.

Subsecretaria de Atenção Integral à Saúde - SAIS/SEAS/SES

Subsecretaria de Logística em Saúde - SULOG/SEGEA/SES

Identificação do produto	() SIM
Temperatura de armazenamento	() SIM
A impressão gráfica é legível	() SIM
A embalagem está íntegra	() SIM
Possui registro da ANVISA	() SIM
Apresenta instruções de uso do produto	() SIM
2. AVALIAÇÃO DO EQUIPAMENTO	
Modelo:	
Apresenta informações quanto à metodologia do teste	() SIM
Apresenta leitura de código de barras	() SIM
Possibilitar a alimentação contínua de tubos de amostra, sem a necessidade de interromper o processamento e alimentação de novas amostras	() SIM
Manual de Instruções de uso em português	() SIM
Apresenta registro da ANVISA	() SIM
Apresenta controles de segunda ou terceira opinião para todos os parâmetros, incluindo o controle para líquidos biológicos	() SIM
Possuir dispositivo capacitado a identificar os códigos de barras dos reagentes, ou outro semelhante, para identificação automática do número de testes, do número do lote e respectiva data de expiração.	() SIM
3. ESTUDOS DE VALIDAÇÃO DE QUALIDADE (Teste de comparabilidade, imprecisão, exatidão...)	
Teste de imprecisão e exatidão	
Teste de arraste (<i>carry over</i>)	
Teste de comparabilidade (harmonização)	
4. PARECER FINAL	
Material recomendado para aquisição na SES?	() SIM
Justificativa:	
<hr/> <hr/> <hr/>	
5. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PARECERISTA	
Hospital: _____	
Setor: _____	
Data: _____	
Nome: _____	
<hr/>	
ASSINATURA/ CARIMBO	

APÊNDICE V
DECLARAÇÃO DE VISTORIA

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, compareceu no endereço _____ a VISITA TÉCNICA nos local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos,

assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a _____, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de de 20__.

Representante legal da Empresa

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE VI

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VISTORIA

REF.: (IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO)

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, abrir mão da VISITA TÉCNICA ao local da execução da obra/serviço, conforme dispõe o edital da licitação em referência. Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejem avenças técnicas ou financeiras, isentando a _____, de qualquer reclamação e/ou reivindicação de nossa parte.

Brasília, de de 20__.

Representante legal da Empresa

Nome: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE VII

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES

OBJETO :

CONTRATO Nº:

Contratante, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **Contratante** e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **Contratada**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente **TERMO**, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de **INFORMAÇÕES**, que a **Contratada** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Secretaria de Estado de Saúde do DF de que a **Contratada** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **Contratante** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **Contratante**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **Contratante**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **Contratante**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **Contratante**.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratante**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **Contratada**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **Contratada** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **Contratante**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se compromete a cientificar formalmente seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratada** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo **Contratante**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **Contratada**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI Contratante**.

Parágrafo Sétimo: A **Contratada** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **Contratada** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativo aos produtos gerados e às **INFORMAÇÕES** que venham a ser reveladas durante a execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **Contratada** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **Contratante** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **Contratada** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **Contratante**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **Contratada**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **Contratante**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **TERMO**, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **Contratada** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20__.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

ANEXO II**PLANILHA CONSOLIDADA DE PREÇOS**

LOTE ÚNICO - AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	TOTAL POR ITEM
1	95700	399552	CONJUNTO PARA HEMOGRAMA COMPLETO POR AUTOMAÇÃO. Aplicação: realização de exame hematológico completo (hemograma), com quantificação automatizada de elementos celulares do sangue e avaliação de parâmetros eritrocitários, leucocitários e plaquetários, utilizando equipamentos hematológicos multiparamétricos.	TESTE	1.313.231	R\$ 5,9000	R\$ 7.748.062,9000
2	12343	351012	TESTE PARA DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO DO SANGUE(VHS), EM EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO Aplicação: teste hemodinâmico.	TESTE	101.398	R\$ 3,6950	R\$ 374.665,6100
3	39762	353073	CONJUNTO PARA CONTAGEM DE RETICULÓCITOS POR AUTOMAÇÃO.	TESTE	66.035	R\$ 5,6627	R\$ 373.936,3945
Valor Total Lote Único				R\$ 8.496.664,9045			
Valor Total Geral				R\$ 8.496.664,9045			

ANEXO III**DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019****M O D E L O**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.**ANEXO IV**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20__

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado da empresa)

ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	DESCRIÇÃO	UN	QTD	Valor de Referencia	TOTAL POR ITEM
XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XX
TOTAL GERAL						XX	

OBS: Inclusão na Proposta das seguintes informações:

- Descrição detalhada do item, COM INDICAÇÃO de todas as características dos produtos cotados, com especificações claras e detalhadas, nome comercial.
- Inclusão de toda e qualquer observação necessária ao conhecimento da SES/DF que complementem as especificações mínimas requeridas referentes aos produtos cotados.
- Preço unitário e total da proposta em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso.
- Declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, inclusive para a entrega dos materiais no endereço indicado no Edital.
- Declaração expressa de estar de pleno acordo com todas as condições e obrigações constantes do edital e seus anexos.
- Prazo de validade da Proposta não inferior a 90 (noventa) dias.
- Prazo de entrega não superior a ----- (-----) dias corridos, contados na forma prevista no item 12 do Edital.
- Razão social, endereço completo, telefone, da empresa proponente, CNPJ, nome do banco, agência e nº da conta bancária onde deseja receber os seus créditos.

PREÇO TOTAL DA PROPOSTA R\$: _____ (valor por extenso)

VALIDADE DA PROPOSTA: ____/____/____ (Não inferior a 90 dias)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

BANCO: ____ AGÊNCIA: ____ CONTA CORRENTE: _____

_____, ____ de _____ de _____

- carimbo padronizado de CNPJ -

Assinatura do responsável pela empresa

ANEXO V**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
...../2026-SES-DF, QUE FAZEM ENTRE SI O
DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A
EMPRESA

25. CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS PARTES

25.1. O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.700/0001-08, com sede no SRTVN Quadra 701 Lote D, 1º e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-040 - DF, representada neste ato por **JURACY CAVALCANTE LACERDA JÚNIOR, CPF nº 9xx.xxx.xxx-15**, na qualidade de Secretário de Estado, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme Decreto de 20 de fevereiro de 2025, publicado na Edição Extra nº 16-A do DODF, de 20 de fevereiro de 2025, pg. 1, e a empresa, doravante denominada CONTRATADA, CNPJ nº, com sede no endereço, CEP:, e-mail:, Telefone:, representada por, portador (a) do RG, inscrito (a) no CPF nº, na qualidade de representante legal, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. em conformidade com o (Processo Administrativo SEI nº 00060-00315266/2025-05)

26. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROCEDIMENTO

26.1. O presente Contrato obedece aos termos do Termo de Referência n.º 506/2025 - SES/SEGEA/SULOG/ASSEIC (188305712), **Edital de Licitação** (.....), **Proposta da empresa** (.....), da Lei n.º 14.133, de 2021 e do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023.

27. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

27.1. O Contrato tem por objeto a aquisição de insumos à saúde padronizados pertencente ao Grupo: 35.30.07.02.01 Conjuntos/Kits para automação - Hematologia com o intuito de manter o abastecimento regular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, de forma ininterrupta, bem como garantir a assistência aos usuários do SUS/DF, com fornecimento de equipamentos automatizados por **COMODATO**, nos termos do Termo de Referência n.º 506/2025 - SES/SEGEA/SULOG/ASSEIC (188305712), **Edital de Licitação** (.....), **Proposta da empresa** (.....), da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023 e alterações posteriores, **que passam a integrar o presente Termo.**

LOTE	ITEM	CÓDIGO SES	CÓDIGO BR	CÓDIGO E-COMPRAS (ID PCA)	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO ANUAL ESTIMADO
------	------	------------	-----------	---------------------------	-----------	-------------------------	-----------------------------

Único	1	95700	399552	22401	CONJUNTO PARA HEMOGRAMA COMPLETO POR AUTOMAÇÃO. Aplicação: realização de exame hematológico completo (hemograma), com quantificação automatizada de elementos celulares do sangue e avaliação de parâmetros eritrocitários, leucocitários e plaquetários, utilizando equipamentos hematológicos multiparamétricos.	TESTE	1.313.231
	2	12343	351012	22134	TESTE PARA DETERMINAÇÃO DA VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO DO SANGUE (VHS), EM EQUIPAMENTO AUTOMATIZADO. Aplicação: teste hemodinâmico.	TESTE	101.398
	3	39762	353073	41624	CONJUNTO PARA CONTAGEM DE RETICULÓCITOS POR AUTOMAÇÃO.	TESTE	66.035

COMODATO

DESCRIPTIVO	QUANTIDADE
EQUIPAMENTOS	70

Havendo divergência entre a especificação constante no Termo de Referência e a especificação contida no Sistema Comprasnet (código BR), prevalecerá a especificação do Termo de Referência. As unidades de fornecimento a serem fornecidas são as especificadas no detalhamento.

27.2. DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS

27.2.1. Os equipamentos deverão ser **NOVOS**, de primeiro uso e em linha de fabricação, totalmente automatizados, com condições plenas de interfaceamento para o sistema informatizado da SES/DF, fornecimento de acessórios e toda infraestrutura do espaço físico, necessária ao funcionamento dos mesmos para a realização do HEMOGRAMA COMPLETO, VHS, CONTAGEM DE RETICULÓCITOS e MORFOLOGIA DIGITAL a serem instalados nas Unidades Laboratoriais das Regiões de Saúde/SES-DF, conforme as Grades de Distribuições 1 e 2.

27.2.2. Não será aceita a instalação de equipamentos usados, recondicionados, revisados, remontados ou instalados em quaisquer outros laboratórios e/ou eventos.

27.2.3. O Contratado deverá comprometer-se em implantar, gratuitamente, toda e qualquer atualização tecnológica de “software”/“hardware” em todos os equipamentos, durante o período de sua utilização, sem ônus adicional para a SES-DF.

27.2.4. Os equipamentos contidos nesse termo de contrato deverão ser substituídos a qualquer momento por problemas no funcionamento e/ou na performance analítica dos mesmos:

- Crerios: 4 chamados t4cnicos mensais pelo mesmo motivo;
- Indisponibilidade mensal devido a manutenções corretivas superiores a 48 horas no perodo de 30 dias.

27.3. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS - **GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 1** (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL + EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS)

27.3.1. Os equipamentos disponibilizados nas Unidades Laboratoriais descritas nas Grades de Distribuição 1 deverão:

- Ter produtividade mínima de 100 testes/hora para cada analisador hematológico;
- Ter produtividade mínima de 40 testes/hora e resultados em até 20 minutos para cada analisador automático de VHS;
- Ter produtividade mínima de 30 lâminas por hora para cada analisador de morfologia digital;
- Ter comutatividade entre todos os reagentes utilizados no analisador hematológico (hemograma completo, contagem de reticulócitos e VHS) da Grade de Distribuição 2;
- Para o analisador hematológico e da contagem de reticulócitos: serem totalmente automatizados, capazes de realizar o hemograma completo, por citometria de fluxo, impedância e método ótico, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: WBC, RBC, HCT, VCM, HCM, CHCM, HGB, RDW-CV, RDW-SD, NEUT%, LINF%, MON%, EOS%, BAS%, NEUT#, LINF#, MON#, EOS#, BAS#, PDW, MPV, PCT, PLQ (impedância), PLQ (ótica fluorescente), contagem de RETICULÓCITOS totalmente automatizada, conteúdo de hemoglobina nos reticulócitos, índice de plaquetas e reticulócitos imaturos e análise de líquidos biológicos diversos (líquido peritoneal, pericárdico, sinovial, pleural e cefalorraquidiano).

27.3.2. Deverá ser fornecido 01 corador de lâminas hematológicas semiautomático para cada uma das 13 unidades laboratoriais dispostas na grade de distribuição 1, com fornecimento do kit de coloração hematológica, sem ônus para a SES/DF;

27.3.3. Havendo a possibilidade, poderá ser utilizado um único equipamento para execução dos testes dispostos nesse processo licitatório. Desobrigando, assim, a contratada de instalar equipamentos individualizados para cada um dos testes.

27.4. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS AUTOMATIZADOS - **GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 2** (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR ACOPLADO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL + EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS)

27.4.1. Os equipamentos disponibilizados nas Unidades Laboratoriais descritas nas Grades de Distribuição 2 deverão:

- Ter produtividade mínima de 100 testes/hora para cada analisador hematológico;
- Ter produtividade mínima de 40 testes/hora e resultados em até 20 minutos para cada analisador automático de VHS;
- Ter produtividade mínima de 30 lâminas por hora para cada analisador de morfologia digital;
- Ter comutatividade entre todos os reagentes utilizados no analisador hematológico (hemograma completo, contagem de reticulócitos e VHS) da Grade de Distribuição 1;
- Para o analisador hematológico e da contagem de reticulócitos: ser totalmente automatizados, capazes de realizar o hemograma completo, por citometria de fluxo, impedância e método ótico, contendo, no mínimo, os seguintes parâmetros: WBC, RBC, HCT, VCM, HCM, CHCM, HGB, RDW-CV, RDW-SD, NEUT%, LINF%, MON%, EOS%, BAS%, NEUT#, LINF#, MON#, EOS#, BAS#, PDW, MPV, PCT, PLQ (impedância), PLQ (ótica fluorescente), contagem de RETICULÓCITOS totalmente automatizada, conteúdo de hemoglobina nos reticulócitos, índice de plaquetas e reticulócitos imaturos.

27.4.2. Deverá ser fornecido 01 corador de lâminas hematológicas semiautomático + 01 corador de lâminas hematológicas automático para cada uma das 03 unidades laboratoriais dispostas na grade de distribuição 2;

27.4.3. Havendo a possibilidade, poderá ser utilizado um único equipamento para execução dos testes dispostos nesse processo licitatório. Desobrigando, assim, a contratada de instalar equipamentos individualizados para cada um dos testes;

27.4.4. O corador automático acoplado em esteira deve identificar, confeccionar e corar a lâmina (interligado e sem interrupção da realização do hemograma para confecção e coloração, com impressão automática da identificação, contendo no mínimo: nome, data e código do paciente), com sistema para tubos abertos e fechados (com carregamento contínuo). Os equipamentos deverão realizar automaticamente as lâminas das amostras cujos resultados da hematologia tenham acusado alterações, sem interferência do operador, tanto no sistema fechado como no aberto, com fornecimento de lâminas e kit de coloração hematológica, sem ônus para a SES/DF;

27.5. ESPECIFICAÇÕES DO ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL:

27.5.1. Deverá ser constituído por unidade óptica constituída por uma câmara, um microscópio e um sistema de computador com software avançado com obtenção e classificação de imagens, licenciado para a operação em 3 computadores independentes (para cada um dos locais relacionados na Grade de Distribuição 1 e para 6 computadores independentes (para cada um dos locais relacionados na Grade de Distribuição 2.

27.5.2. DEVERÁ:

27.5.2.1. Pré-classificar as seguintes classes de elementos: neutrófilos bastonetes, neutrófilos segmentados, linfócitos, monócitos, eosinófilos, basófilos, células blásticas, promielócitos, mielócitos, metamielócitos, plasmócitos, linfócitos variantes, células não identificadas, eritroblastos, restos celulares, plaquetas gigantes, grumos de plaquetas, artefatos;

27.5.2.2. Reclassificar as células/achados pré-identificados;

27.5.2.3. Permitir variar o número de células contadas por esfregaço, a critério do operador;

27.5.2.4. Permitir a pré-caracterização dos eritrócitos: policromatofilia, macrocitose, microcitose, anisocitose, poiquilocitose;

27.5.2.5. Possuir software com análise da série vermelha avançada;

27.5.2.6. Contabilizar as plaquetas através estimativa visual por imagem;

27.5.2.7. Dispensar automaticamente óleo no distendido sanguíneo;

27.5.2.8. Possuir velocidade igual ou superior a 30 lâminas/hora para análise completa das séries branca, vermelha e plaquetária;

27.5.2.9. Possuir interfaceamento bidirecional para a liberação da contagem diferencial da série branca e da análise da série vermelha no sistema de informática laboratorial em uso na SES-DF;

27.5.2.10. Possuir um software de última geração para análise avançada de glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e plaquetas. Toda atualização necessária desse software deverá ser realizada sem ônus adicional para a SES-DF;

27.5.2.11. Conceder todas as licenças de uso, sem ônus para a SES-DF, conforme estabelecido no item 3.5.2.1. deste Contrato.

28. CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO**28.1. SUBCONTRATAÇÃO**

28.1.1. Não será admitida a subcontratação parcial do objeto.

28.2. O objeto da contratação necessita que todas as suas fases sejam executadas de forma transversal e contínua, desta forma, os itens deverão ser fornecidos sem parcelamento, por se tratar de algo não divisível, entendendo a lógica científica do sistema analítico como um todo. Permite-se assim a viabilidade da execução dos exames, tornando o objeto da contratação mais vantajoso pensando-se em saúde pública, bem como economicamente.

28.3. OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO

28.3.1. Apresentar-se de acordo com as especificações técnicas do fabricante;

28.3.2. Apresentar impressora interna e/ou externa para impressão dos resultados, acompanhada dos materiais, bancada e insumos necessários ao seu funcionamento como cartuchos de tinta, “toner”, papel sulfite, papel termossensível ou similar;

28.3.3. Trabalhar interfaceados junto ao sistema informatizado da SES/DF e caberá a empresa vencedora do certame, a responsabilidade em prover a conexão de interface, sem ônus para a SES/DF, todos os equipamentos (analisador hematológico, equipamento de VHS, corador automático de lâminas e analisador de morfologia digital);

28.3.4. Realizar leitura de código de barras para as amostras a serem analisadas quando em tubos primários, sendo que os frascos de REAGENTES deverão ser reconhecidos diretamente pelo equipamento sem necessidade de manuseio e/ou substituição de frascos (USO DEDICADO). Deve ainda ter a capacidade de quantificar o número de testes existentes nos frascos em uso e informar em seu monitor para o operador;

28.3.5. Funcionar em ambiente de acordo com a temperatura indicada pelo fabricante e a correção de temperatura do local em que o equipamento deverá ser instalado, deverá ocorrer por conta da empresa vencedora, sem ônus para a SES/DF;

28.3.6. Ter capacidade de detecção automática do nível de amostras e detector de bolhas, fibrinas e coágulos;

28.3.7. Realizar retestagem das amostras automaticamente a partir de parâmetros pré-definidos pelo operador;

28.3.8. Possuir arquivo de controle de qualidade capaz de fornecer dados estatísticos (média, desvio padrão e coeficiente de variação), inclusive gráficos de Levey-Jennings para cada analito;

28.3.9. Estar acompanhado com as respectivas impressoras de alta performance para impressão dos resultados, quando aplicável;

28.3.10. Permitir a colocação dos tubos com as amostras biológicas para serem analisadas de forma contínua, sem que seja necessário interromper a atividade em curso do equipamento para o embarque de amostras;

28.3.11. Permitir a extração do banco de dados em arquivo.txt ou similar que permite analisar a produtividade do equipamento;

28.3.12. Estar acompanhados dos manuais do equipamento que deverão estar inscritos em língua portuguesa.

28.4. DEMAIS NECESSIDADES CONTRATUAIS

28.4.1. A contratada deverá fornecer todos os materiais e insumos adicionais tais como tampões, soluções de lavagem e limpeza, desproteinizantes, e outras soluções recomendadas pelo fabricante na quantidade necessária e suficiente para a realização dos testes adquiridos, sem ônus para a SES-DF;

28.4.2. Os controles deverão ter, ao menos dois níveis, em quantidade suficiente para a realização de pelo menos duas verificações diárias (12/12 horas), para todos os parâmetros do lote, incluindo os controles para reticulócitos e líquidos biológicos no analisador hematológico e os controles de VHS;

28.4.3. Os controles, para todos os parâmetros, deverão ser de matriz proteica humana, de segunda ou terceira opinião, e permitir acesso à média de resultados obtidos por lote de controle entre diferentes laboratórios. Inexistindo soluções no mercado, a empresa deverá apresentar a justificativa técnica, que será analisada pela GEDIAG quanto a sua viabilidade. A empresa deverá fornecer os controles, insumos, soluções e reagentes para a validação de todos os itens contratados para todos os equipamentos;

28.4.4. Apresentar calibradores para todos os parâmetros, se necessário. O calibrador poderá ser específico para cada um dos testes e/ou multicalibrador. Deverão contemplar todos os parâmetros adquiridos e reproduzir os valores na faixa “range” estabelecida pelo fabricante durante todo o prazo de range validade e/ou uso;

28.4.5. A contratada deverá manter estoque técnico de segurança de consumíveis nas unidades laboratoriais, além do estoque na empresa;

28.4.6. Os equipamentos deverão ser instalados de modo a trabalharem por meio de sistema integrado de intercomunicação por estações de trabalho computadorizado instalado pela Contratada ou conectados direto a uma esteira de transporte de amostras (analisadores hematológicos da Grade 2);

28.4.7. Demonstrar o desempenho das dosagens para apreciação, quando houver solicitação pela Comissão Técnica, a qual emitirá parecer técnico que será anexado ao processo, sobre o funcionamento do equipamento e a reprodutibilidade dos reagentes;

28.4.8. A vencedora deverá instalar "nobreaks" (sistemas geradores de energia de emergência dentro das normas da ABNT) com capacidade de manutenção do equipamento "offline" mínima de 30 minutos e estabilizadores de voltagem (podendo ser estes últimos integrados ou não aos primeiros), sem ônus adicional para a SES/DF, visando garantir sua estabilidade elétrica, a fim de que não haja interrupção quanto a prováveis quedas de energia durante o uso rotineiro do equipamento analítico;

28.4.9. Apresentar interfaceamento e comunicação com os Sistemas de Informação Laboratorial da SES-DF;

28.4.10. A vencedora deverá validar, conforme critérios de aceitabilidade estabelecidos pela Gerência de Serviço de Apoio Diagnóstico (GEDIAG), todos os equipamentos instalados na rede SES/DF, que deverá conter, minimamente, os estudos de imprecisão e veracidade para todos os analitos e o teste de arraste para o analito mais crítico a ser realizado no equipamento. Ainda, todos os insumos, consumíveis e reagentes necessários para o processo de validação são de responsabilidade da contratada, sem ônus para a SES-DF;

28.4.11. Havendo necessidade, a vencedora deverá instalar equipamentos purificadores de água tipo reagente (no mínimo, com grau 2 de pureza - CLSI) para todos os equipamentos de análise, de acordo com as especificações do fabricante e que disponibilize em no seu visor minimamente os seguintes dados: condutividade e resistividade;

28.4.12. A estabilidade do reagente dentro do equipamento deverá ser suficiente até o término de sua estabilidade. Caso ocorra a perda onboard da estabilidade, esta deverá ser repostada, sem ônus adicional para a SES-DF;

28.4.13. Todos os reagentes e equipamentos deverão ter registro na ANVISA.

28.5. QUANTO AO SISTEMA DE INTERFACEAMENTO LABORATORIAL

28.5.1. A contratada deverá fornecer todos os recursos necessários para estabelecer uma comunicação estável e funcional entre o equipamento e o sistema LabTrak (ou outro que venha a substituí-lo). A comunicação ocorrerá por meio de um sistema de interfaceamento, que utilizará rede ethernet, protocolo do tipo TCP/IP com meio de enlace de comunicação direta entre o equipamento analítico e/ou pré-analítico. O modo de transmissão de dados mínimo será half-duplex, com tráfego de dados bidirecional. O formato de comunicação deverá seguir o protocolo internacional de comunicação de sistemas de saúde, padrão do tipo Health Level Seven - Brasil (HL7 FHIR-Fast Healthcare Interoperability Resources);

28.5.2. A contratada é responsável por todos os aspectos relacionados ao interfaceamento, desde a instalação até a manutenção e evolução do sistema. A instalação deverá ser realizada de forma profissional, garantindo a perfeita comunicação entre o equipamento e o sistema LIS. A manutenção periódica do sistema de interfaceamento é crucial para assegurar a estabilidade e funcionalidade da comunicação. A contratada também deverá acompanhar as evoluções do sistema LIS e do equipamento de análises laboratoriais, adaptando o interfaceamento para garantir a compatibilidade e funcionalidade;

28.5.3. A contratada assumirá integralmente a responsabilidade pelos custos relacionados à implantação do sistema de interfaceamento. Todos os recursos necessários para a comunicação fluída dos dados, incluindo hardware, software, desenvolvimento de drivers e ou rotinas, licenças, mão de obra especializada e demais itens, serão de responsabilidade exclusiva da contratada. Assumirá também a responsabilidade por todos os custos envolvidos, incluindo a instalação, manutenção e evolução dos sistemas de interface durante a vigência contratual e ou até o esgotamento total de todos os insumos e reagentes adquiridos pelas unidades laboratoriais da rede SES-DF;

28.5.4. A contratada deverá fornecer a documentação técnica completa do sistema de interfaceamento, incluindo o manual do usuário, manual técnico, esquemas de ligação e diagrama de rede. Além disso, a contratada realizará testes de integração do sistema de interfaceamento com o equipamento e o sistema LIS, garantindo a funcionalidade e a precisão da comunicação. Os resultados dos testes deverão ser documentados e apresentados à SES-DF para aprovação;

28.5.5. A contratada também fornecerá treinamento aos profissionais da SES-DF responsáveis pela operação e manutenção do sistema de interfaceamento. O treinamento abordará os aspectos técnicos e operacionais do interfaceamento, garantindo a autonomia da equipe na utilização e gestão do sistema. A contratada deverá fornecer suporte técnico durante toda a vigência contratual, garantindo a resolução de eventuais problemas de comunicação entre o equipamento e o sistema LIS. O suporte técnico deverá ser prestado de forma rápida e eficiente, com a disponibilidade de profissionais qualificados para atender às demandas da SES-DF;

28.5.6. Todos os dispositivos, equipamentos, sistemas e procedimentos relacionados a comunicação de dados devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A comunicação entre o equipamento e o sistema LIS deverá ser segura e confidencial, garantindo a proteção dos dados sensíveis dos pacientes. A contratada deverá garantir a compatibilidade do sistema de interfaceamento com as normas e padrões de segurança da informação da SES-DF.

28.6. SUSTENTABILIDADE

28.6.1. Com o uso do sistema de comodato é possível atender ao princípio da sustentabilidade, pois, torna-se incisivo adotar tecnologias que causem menos impacto ambiental por meio da redução do número de equipamentos, uso de equipamentos mais modernos e mais eficientes, com isso haverá menor consumo de energia elétrica, menor quantidade de água utilizada nas reações químicas (aumentando a qualidade da reação, visto que a água é um meio de contaminação), melhor aproveitamento do espaço físico, dos Recursos Humanos, dos reagentes, redução dos resíduos laboratoriais, químicos e hospitalares, entre outros benefícios, pois a tecnologia laboratorial evolui de forma rápida.

28.6.2. As empresas participantes do certame deverão observar as seguintes diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas no Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, alterado pelo Decreto 9.178, de outubro de 2017:

- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
- Os bens a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo, também, com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017, no que couber.

28.6.3. Também, atendendo ao princípio da sustentabilidade, torna-se incisivo adotar tecnologias que causem menos impacto ambiental por meio da redução do número de equipamentos, com isso haverá menor consumo de energia elétrica, menor quantidade de água utilizada nas reações químicas (aumentando a qualidade da reação, visto que a água é um meio de contaminação), melhor aproveitamento do espaço físico, dos Recursos Humanos, dos reagentes, redução dos resíduos laboratoriais, químicos e hospitalares, entre outros benefícios.

28.7. PRAZO DE ENTREGA

28.7.1. Os prazos para entrega possuem os seguintes marcos:

28.7.1.1. Os produtos alvo da presente contratação deverão ser entregues em no mínimo 06 e no máximo 10 entregas.

28.7.1.2. A primeira entrega dos produtos deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos após publicação do Contrato Administrativo. As entregas subsequentes dos produtos deverão ser realizadas conforme definido no instrumento de contratação.

28.7.1.3. O cronograma de entregas poderá ser modificado conforme a capacidade técnica de armazenamento, a critério da Administração e a qualquer momento durante a vigência do contrato.

28.7.2. Os equipamentos deverão ser entregues nas unidades laboratoriais em até 60 (sessenta) dias corridos, após publicação do Contrato Administrativo.

28.7.3. Os reagentes, objeto de contratação, deverão ser entregues conforme cronograma de entrega a ser elaborado pela área técnica e/ou executor do contrato, após assinatura do contrato.

28.7.4. A entrega deverá ser realizada em dia de expediente do órgão solicitante, em seu horário de funcionamento.

28.7.5. O prazo para entrega poderá ser prorrogado em casos excepcionais, devidamente justificados. A empresa deverá comunicar as razões respectivas até a data limite que a entrega deveria ocorrer, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

28.7.6. Os pedidos de prorrogação serão instruídos e analisados, no que couber, pela ASSAIS/SUAG e a concessão das alterações, quando for o caso, será autorizada pela a SUAG/SES (Artigos 100, 101 e 102 da Portaria nº 170/2018, SES/DF);

28.7.7. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente, pelo Edital e pelo presente Contrato.

28.8. DO LOCAL DE ENTREGA

28.8.1. O horário de funcionamento das centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF é de segunda a sexta-feira, das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

28.8.2. Os produtos-alvo da presente contratação deverão ser entregues em no mínimo 04 e no máximo 12 entregas;

28.8.3. A primeira entrega dos produtos deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos após a publicação do Contrato Administrativo. As entregas subsequentes dos produtos deverão ser realizadas conforme definido no instrumento de contratação;

28.8.4. O cronograma de entregas poderá ser modificado conforme a capacidade técnica de armazenamento, a critério da Administração e a qualquer momento durante a vigência do contrato;

28.8.5. As entregas dos insumos na Secretaria de Saúde do Distrito Federal deverão ser agendadas, por meio do e-mail indicado no Pedido de Aquisição de Material - PAM;

28.8.5.1. Os produtos deverão ser entregues no Distrito Federal, no endereço conforme especificado no Pedido de Aquisição de Material - PAM, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas: PARQUE DE APOIO – SES/DF, SIA/SAPS, FARMÁCIA CENTRAL: BLOCO G, LOTE 06, CEP: 71215-000;

28.8.5.2. A confirmação do agendamento ficará condicionada à disponibilidade de data. Portanto, as solicitações de agendamento devem ser realizadas com antecedência mínima de 72 horas da data pretendida para entrega.

28.8.6. As entregas dos equipamentos deverão ser agendadas conforme cronograma de entrega a ser elaborado pela área técnica, nos endereços abaixo:

GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 1:

UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO NÃO ACOPLADO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL)	EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS
Unidade Mista de São Sebastião - UMSS	Avenida Comercial, n.º 10, CEP: 71.691-006, São Sebastião - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional Asa Norte – HRAN	Setor Médico Hospitalar Norte, Quadra 101- Área Especial, CEP: 70.710-905, Asa Norte - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Brasília – HRBz	Área Especial nº 1 - Setor Tradicional, CEP: 72.720-901, Brasília - D	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Ceilândia - HRC	QNM 27 Área Especial 1 QNM 28, CEP: 72.215-270, Ceilândia – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional do Guarã – HRGU	Área Especial – QI 06 Lote “C”, CEP: 71.010- 006, Guarã I - DF I	01 + 01 + 01	01
Hospital da Região Leste (Paranoá) - HRL	Quadra 2, Conjunto K, Lote 1, Área Especial Hospitalar, CEP: 71.570-050, Paranoá – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional do Gama - HRG	Área Especial 1, Setor Central, CEP: 72.405-901, Gama – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Planaltina - HRPL	Av. WL4 Área Especial, Setor Hospitalar Planaltina, CEP: 73.310- 000, Planaltina – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Sobradinho - HRS	Q 12 Conjunto B Lote 38, CEP: 73.010-120, Sobradinho – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Samambaia - HRSAM	QS 614 Conjunto C Lotes 1/2, CEP: 72.322-583, Samambaia – DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Regional de Taguatinga - HRT	Setor C Norte, Área Especial 24, CEP: 72.115-902, Taguatinga Norte – DF	01 + 01 + 01	01

Hospital de Apoio de Brasília - HAB	Q AENW 03 lote A, CEP: 70.684-831, Setor Noroeste - DF	01 + 01 + 01	01
Hospital Materno Infantil de Brasília - HMIB	SGAS Av. L2 Sul Quadra 608 Módulo A, CEP: 70203 -900, Asa Sul - DF	01 + 01 + 01	01
TOTAL		13 + 13 + 13	13

GRADE DE DISTRIBUIÇÃO 2:

UNIDADE LABORATORIAL	ENDEREÇO	QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS (ANALISADOR HEMATOLÓGICO + CORADOR ACOPLADO + CORADOR SEMIAUTOMÁTICO + ANALISADOR DE MORFOLOGIA DIGITAL)	EQUIPAMENTO AUTOMÁTICO PARA ANÁLISE DO VHS
Laboratório Regional do Guarã - LRGU	QE 23, Guarã II, Brasília /DF, CEP: 71.025-000, Guarã II - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
Laboratório Regional de Ceilândia - LRC	EQNP 11/7, Setor P Norte, CEP: 70.719-040, Ceilândia - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
Unidade Mista de Taguatinga - UMST	C 12 Área Especial nº 01, CEP: 70.297-400, Taguatinga Centro - DF	02 + 01 + 01 + 01	01
TOTAL		06 + 03 + 03 + 03	03

OBS.: Os equipamentos poderão ser transferidos entre as unidades da SES/DF, conforme a necessidade da mesma. Ainda, em caso de aditivação do quantitativo de exames contratados ao longo da vigência do contrato, a critério da SES/DF, também deverão ser fornecidos equipamentos adicionais (nas hipóteses de aluguel de equipamento ou comodato). O fornecimento dos mesmos, uma vez solicitado pela SES/DF, deverá ser correspondente ao aditivo realizado, considerando o quantitativo de equipamentos na proposta inicial. Considerando o total de 19 analisadores hematológicos, cada um correspondente a 19/100 do valor total da contratação, ou seja, a cada possível aditivo de 19% poderá ser solicitada a entrega de mais um equipamento (analisador hematológico e corador semiautomático), os percentuais serão calculados por grade de distribuição. O prazo de entrega de cada equipamento adicional, caso requerido após o aditivo, seguirá os mesmos prazos definidos para a proposta inicial.

28.9. CONDIÇÕES DE TRANSPORTE E ENTREGA

28.9.1. Os produtos do contrato não poderão ser encaminhados via Correio.

28.9.2. Os produtos deverão ser transportados por empresa autorizada e licenciada por órgão sanitário.

28.9.3. O transporte dos produtos deverá ser realizado conforme especificação das condições de armazenamento definidas pelo fabricante, devendo haver um sistema de monitoramento de temperatura que possa ser verificado no recebimento.

28.9.4. As empresas fornecedoras deverão observar as condições de guarda, armazenamento e transporte dos produtos de modo a não afetar sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, sua esterilidade.

28.9.5. Os produtos entregues deverão estar de acordo com todos os requisitos exigidos nas Normativas Regulamentadoras (NR) e Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) vigentes emitidas pela ANVISA.

28.10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

28.10.1. Apresentar o produto com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo) devem estar em português;

28.10.2. Apresentar os produtos em suas unidades de acondicionamento (embalagem individual), o número do lote, a data de validade, tipo de esterilização (se for o caso), o nome comercial de forma legível em atendimento ao Código de Defesa do Consumidor, artigo 31 que diz:

I - “A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”

28.10.3. Os produtos deverão apresentar em suas embalagens secundárias a expressão “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO”. No caso de embalagens estéreis, não serão aceitos carimbos alcoólicos, tendo em vista a não violação do processo de esterilização. Preconiza-se a utilização de etiquetas invioláveis;

28.10.4. O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos;

28.10.5. Deverão ser observadas pela empresa fornecedora as condições de guarda e armazenamento dos produtos a fim de não haver a deterioração do material, conforme art.40, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021;

28.10.6. Apresentar no ato da entrega de cada parcela cópia do Certificado de Registro de Produto em plena validade, inclusive para produtos importados; ou protocolo de revalidação do Certificado de Registro de Produto, expedido pela ANVISA, conforme RDC nº 185/2001 e artigo 12 da Lei nº 6.360 de 23/09/1976. Não serão aceitos protocolos de solicitação de registro.

28.10.7. Os produtos deverão vir organizados em lote e permitir a avaliação de uma amostra de cada lote, pela equipe do recebimento;

28.10.8. Caso o quantitativo entregue seja superior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do excedente e Nota Fiscal de Simples Remessa, para que possa ser legalizado tal recebimento;

28.10.9. Caso o entregue seja inferior ao quantitativo definido na Nota de Empenho (muitas vezes necessário para se evitar o fracionamento da embalagem primária e/ou secundária), o fornecedor deverá encaminhar uma carta contendo justificativa do quantitativo e solicitando o cancelamento do saldo não entregue, para que possa ser legalizado tal recebimento;

28.10.10. Apresentar, no ato da entrega de cada parcela, impressos na nota fiscal, os números dos lotes, a quantidade do material contida em cada lote e a data de validade desses lotes;

28.10.11. Por ocasião de sua entrega na SES/DF, a validade do produto apresentado deverá seguir conforme abaixo:

28.10.11.1. Não podem ser recebidos reagentes com menos de 3 (três) meses de validade;

28.10.11.2. Produtos com validade entre 3 (três) e 6 (seis) meses - será admitida a entrega do produto, acompanhada do Termo de Compromisso de Troca (Apêndice I), obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos contados a partir da notificação para troca, sendo o descumprimento passível de sanções;

28.10.11.3. Produtos com validade de 6 (seis) meses ou superior - recebimento automático desde que entregues na quantidade programada para aquele período de entrega, caberá à SES DF avaliar se será recebido um quantitativo maior que o programado para o período. No caso de quantidade superior ao período, o Termo de Compromisso de Troca torna-se obrigatório;

28.10.11.4. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF;

28.10.11.5. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF;

28.10.11.6. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente;

28.10.11.7. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora.

28.10.12. O acionamento do Termo de Compromisso de Troca poderá ocorrer após o vencimento do produto, de acordo com a conveniência e oportunidade para a SES/DF;

28.10.13. A troca dos produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca poderá ser realizada de modo parcelado, de acordo com a conveniência e oportunidade da SES/DF;

28.10.14. Para produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca, o descumprimento do prazo de troca e/ou da troca em si será passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente;

28.10.15. A não efetivação da troca de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca resultará na necessidade de ressarcimento financeiro à SES/DF por parte da empresa fornecedora;

28.10.16. O descarte de produtos entregues com Termo de Compromisso de Troca e não utilizados até a expiração do prazo de validade deverá ser realizado pela empresa fornecedora. Uma vez acionada para efetivação da troca, a empresa deverá proceder ao recolhimento dos produtos vencidos nas centrais de armazenamento e distribuição da SES/DF, estando passível de sanções, a serem analisadas pelo setor competente, em caso de descumprimento desta cláusula;

29. CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

29.1. O valor total do Contrato é de R\$, em procedência ao Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

TABELA COM VALORES

XXXXXXX

29.2. Reajuste contratual

29.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (art. 2º do Decreto n.º 37.121/2016), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

29.2.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/04/2026.

29.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

29.2.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

30. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I	Unidade Orçamentária:	
II	Programa de Trabalho:	
III	Natureza de Despesa:	
IV	Fonte de Recursos:	
V	Valor Inicial:	
VI	Nota de Empenho:	
VII	Data de Emissão:	
VIII	Evento:	
IX	Modalidade:	

30.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

31. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

31.1. RECEBIMENTO DO OBJETO

31.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por servidor atuante na unidade do Local de Entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato e na proposta.

31.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e na proposta, devendo ser substituídos no saldo do prazo inicialmente estipulado para tanto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

31.1.3. O recebimento técnico caberá à Área Técnica responsável pela contratação, e ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento provisório, mediante atesto da nota fiscal, §3º do art. 73, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

31.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento técnico, mediante processamento dos dados do recebimento no sistema eletrônico de gestão de materiais da SES/DF, §3º do art. 72, da Portaria SES/DF nº 170/2018.

31.1.5. O prazo para recebimento técnico poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

31.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

31.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

31.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

31.2. LIQUIDAÇÃO

31.2.1. A liquidação e pagamento das despesas oriundas da compra/contratação pretendida são precedidos dos procedimentos de recebimento provisório, técnico e definitivo.

31.2.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 8 dias úteis para fins de liquidação, conforme previsão constante na Portaria SES/DF nº 170/2018.

31.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

31.2.3.1. O prazo de validade;

31.2.3.2. A data da emissão;

31.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

31.2.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

31.2.3.5. O valor a pagar;

31.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

31.2.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

31.2.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

31.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

31.2.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

31.2.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

31.2.7. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação. Não havendo regularização o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

31.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

31.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

31.3. PRAZO DE PAGAMENTO

31.3.1. O pagamento à Contratada deverá ser realizado em prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada e do aceite da Administração, de acordo com as normas orçamentárias e financeiras do Distrito Federal, conforme disposto no Decreto nº 32.598/2010.

31.3.2. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para pagamentos das compras/contratações da pasta.

31.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

31.3.4. Forma de Pagamento

31.3.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

31.3.4.2. Será considerado data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

31.3.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

31.3.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

31.3.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

32. CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

32.1. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

33. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

33.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no valor de R\$, percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

33.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 dias úteis após a assinatura do contrato.

33.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, de forma que o marco para início da contagem do prazo é a data da homologação da contratação direta, por entendimento análogo ao explícito no §3º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021.

34. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

34.1. Emitir “Aceite” do serviço a cada entrega, conferindo se o mesmo está de acordo com a especificação exigida no edital;

34.2. Efetuar pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato, de acordo com as normas financeiras e orçamentárias do DF;

34.3. Fornecer e colocar à disposição da empresa Contratada todos os elementos e informações que fizerem necessários à execução do objeto;

34.4. Verificar se a execução dos serviços prestados, demonstrada por meio de informações/relatórios apresentados pela Contratada, foi realizada com observância às disposições pertinentes ao Contrato, implicando o cancelamento do pagamento em caso negativo;

34.5. Fiscalizar a realização dos serviços, podendo solicitar providências à Contratada, que atenderá ou justificará de imediato qualquer pendência que possa surgir;

34.6. Exigir que sejam atendidos todos os requisitos e obrigações de manutenções preventivas e corretivas estabelecidas neste contrato;

34.7. Cumprir fielmente o Contrato de modo que a Contratada possa realizar o fornecimento e a prestação dos serviços com esmero e perfeição;

34.8. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no serviço;

34.9. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos da sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do objeto do contrato;

34.10. Fiscalizar a entrega do serviço podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer caso haja qualquer divergência entre o serviço entregue e as condições e exigências fora das especificações deste Contrato e do Termo de Referência;

34.11. Especificar os itens do objeto conforme este Contrato;

34.12. Estabelecer atesto de notas fiscais após análise técnica dos serviços prestados pela Contratada, configurando tal etapa como critério para o recebimento e pagamento do serviço contratado;

34.13. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou da comissão de recebimento/execução do serviço deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

35. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

35.1. Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

35.2. Fornecer todos os reagentes adicionais tais como tampões, soluções de lavagem e limpeza, desproteinizantes, e outras soluções recomendadas pelo fabricante na quantidade necessária e suficiente para a realização dos testes adquiridos, além de acessórios (cubetas, etc) necessários para a realização do teste, assim como qualquer outro material indispensável, sem ônus adicional para SES/DF;

35.3. Fornecer o menor fator de embalagem para os reagentes disponíveis pelo fabricante (ex.: reagente para dosagem da glicose (fabricante X), embalagens disponíveis: 100, 500, 1000, 5000 testes - fornecer sempre a embalagem contendo 100 testes);

35.4. Adequar a temperatura do ambiente em que serão instalados os equipamentos para que funcionem na temperatura indicada pelo fabricante, inclusive providenciar a instalação de equipamentos de condicionadores de ar, se for o caso, sem ônus para a SES/DF;

35.4.1. A empresa fará toda a adequação estrutural, elétrica e hídrica, se necessária ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem ônus para a SES/DF;

35.5. Disponibilizar o interfaceamento bidirecional compatível com o sistema informatizado da SES/DF, inclusive com o cabeamento até o servidor da interface, pelo período de utilização do equipamento, provendo as atualizações dos equipamentos e interface necessários ao pleno funcionamento do sistema e o backup do software do sistema, sem ônus para a SES/DF. Permitir o gerenciamento dos resultados de exames dos pacientes, por meio de “delta check”, controle e análise de “flags” emitidos pelo equipamento. Permitir a comunicação do middleware (gerenciador do sistema integrado de automação entre o LIS e o resultado final) com o sistema informatizado ora instalado nas Unidades Laboratoriais descritas neste Contrato e/ou outra funcionalidade que ofereça a captura de laudos; apresentar backup, e este deverá entrar em funcionamento automaticamente (de imediato) na falha do sistema middleware principal. Possibilitar a rastreabilidade do lote de reagente utilizado em cada resultado do paciente;

35.6. Responsabilizar-se por todas as despesas de instalação para o interfaceamento, bem como o interfaceamento propriamente dito, sua manutenção e evolução durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES/DF;

35.7. Anexar o protocolo de comunicação do equipamento à proposta;

35.8. Proporcionar treinamentos iniciais de acordo com a demanda e cronograma estabelecido pelo executor do contrato e/ou GEDIAG, bem como palestras, cursos técnico-científicos pertinentes à área de uso do(s) equipamento(s), avanços tecnológicos e reciclagem educativa a serem ministrados por equipe científica da própria empresa vencedora ou por ela designada aos usuários dos equipamentos, servidores da rede de laboratórios e sem ônus para a SES/DF. O treinamento inicial e retreinamentos previamente acordados serão às expensas da contratada e o material necessário para a realização dos treinamentos deverá ser fornecido pela contratada sem ônus para a SES/DF; será a realização de, no mínimo, 01 (um) obrigatório treinamento anual, com carga horária mínima de 08 horas, para atualização de todos os servidores que executam os exames da contratada;

35.9. Disponibilizar equipe técnica e assessoria científica, com representação no Distrito Federal, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e/ou assessoria ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias na semana, incluindo finais de semana e feriados, legalmente habilitados e com experiência comprovada, incluindo contato telefônico de fácil acesso ou acesso remoto com dados abertos (0800 ou similar), o que deverá ser anexado na proposta documentação que comprove a residência desta equipe e assessoria no DF. A assessoria científica deve ser prestada por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM ou CRBM);

35.10. A partir da data de início do contrato, a Contratada deverá disponibilizar serviço de registro e acompanhamento de chamados técnicos por intermédio de telefone. Este serviço compreende uma estrutura de suporte centralizado para o atendimento, registro e acompanhamento de chamados técnicos, bem como o acionamento e controle de deslocamento dos técnicos;

35.11. Prestar assessoria científica por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe (CRF, CRM ou CRBM);

35.12. Ofertar equipamentos de boa qualidade que estejam em conformidade com os padrões exigidos pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;

35.13. Cumprir rigorosamente as normas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas e regulamentos pertinentes aos serviços objeto deste Contrato;

- 35.14. Os funcionários e técnicos prestadores de serviços da empresa contratada deverão usar identificação devidamente reconhecida pela SES/DF;
- 35.15. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do Contrato, bem como as despesas de viagem, estadia e alimentação dos seus agentes de serviço por ocasião das visitas de apoio técnico;
- 35.16. Cumprir os prazos estabelecidos. O descumprimento dos prazos sem justificativa aceita pela SES/DF, bem como a não apresentação de comprovação de procedência do material utilizado, quando solicitado, acarretará a aplicação de penalidades, com base na legislação vigente;
- 35.17. Comprometer-se a entregar mensalmente à Gerência de Apoio Diagnóstico, GEDIAG/CATES/DUAEC/SAIS/SES, relatório de visita de inspeção técnica e relatório estatístico de produtividade de todos os equipamentos instalados, garantindo seu funcionamento. O relatório deverá ser assinado pelo chefe do núcleo em que o equipamento se encontrar instalado;
- 35.18. Comprometer-se a atender aos chamados técnicos caso não no prazo máximo de 4 (quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados. Seja possível o reparo do equipamento defeituoso a partir da abertura do chamado, a contratada, se prazo de 12 (doze) horas, responsabilizará pelo transporte das amostras, conforme as normas vigentes para transporte de amostra biológica, para as unidades de apoio até a resolução conclusa do chamado técnico, a critério da chefia da unidade local, sob pena de sanções administrativas junto ao órgão competente. Havendo necessidade de substituição de equipamentos, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias. Manter esse serviço durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES-DF;
- 35.19. Realizar semestralmente, em todas as estações de água instaladas na SES/DF, análise da qualidade da água trazendo as seguintes informações:
- 35.19.1. Determinação da condutividade/resistividade;
- 35.19.2. Determinação da contaminação bacteriana;
- 35.19.3. Determinação das substâncias orgânicas;
- 35.19.4. Determinação da sílica solúvel, como SiO₂.
- 35.20. **Os equipamentos deverão ser mantidos em pleno funcionamento, inclusive com fornecimentos de impressoras, insumos, nobreak, acessórios, reagentes adicionais, assistência técnica, manutenção da temperatura ambiente, purificação de água, interfaceamento, atendimento aos chamados e treinamentos, mesmo após findado e/ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos pela SES/DF sejam consumidos;**
- 35.21. A retirada dos equipamentos fica condicionada ao término da vigência do contrato, mediante autorização do executor do contrato.
- 35.22. A Licitante vencedora deverá respeitar as Normas Distritais de ordem pública que impõem condições sociais obrigatórias às empresas que contratam com o Governo do Distrito Federal.
- 35.23. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na [LEI Nº 5.061, DE 08 DE MARÇO DE 2013](#).
- 35.24. Fica obrigada a respeitar os termos estipulados no [DECRETO Nº 38.365, DE 26 DE JULHO DE 2017](#), que regulamenta a [LEI Nº 5.448, DE 12 DE JANEIRO DE 2015](#), o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 35.25. Fica obrigada a respeitar os termos estipulados na [LEI Nº 5.757, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016](#), que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 35.26. Deverá observar as exigências de garantia de equidade salarial entre homens e mulheres nas empresas que contratam com o Poder Público do Distrito Federal, conforme previsto na [Lei n.º 6.679/2020](#).
- 35.27. Deverá observar as práticas de prevenção e o enfrentamento ao assédio moral e sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal, conforme prevê o [Decreto nº 46.174/2024](#).
- 35.28. Deverá observar a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal, consoante a [Lei n.º 4.799/2012](#).
- 35.29. Deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD [Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018](#), comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 35.30. Deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 35.31. **DA INSTALAÇÃO**
- 35.31.1. Nos primeiros 10 (dez) dias úteis do período de vigência do Contrato, serão marcadas, pela Contratante, reuniões com a Contratada para:
- 35.31.2. Formalizar os documentos e arquivos eletrônicos para troca de informações entre Contratante e Contratada;
- 35.31.3. Detalhar o processo de entrega e instalação dos equipamentos, do qual resultará um Cronograma de Entrega e Instalação.
- 35.31.4. A Contratada deverá instalar os equipamentos adquiridos em até 60 (sessenta) dias corridos após a publicação do Contrato, em horário comercial, nos dias úteis a serem acordados com a Gerência de Serviços de Apoio Diagnóstico - GEDIAG/DUAEC/CATES/SAIS/SES, sem ônus adicional ao erário da Rede SES-DF;
- 35.31.5. A Contratada deverá realizar, caso seja necessário, com todas as adequações necessárias para a instalação dos equipamentos, incluindo as adequações físicas, sem ônus para a SES.
- 35.32. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
- 35.32.1. A partir da data de início do Contrato, a Contratada deverá disponibilizar serviço de registro e acompanhamento de chamados técnicos por intermédio de telefone (0800 ou similar) ou correio eletrônico (e-mail) válido, durante o horário proposto para atendimento. Este serviço compreende uma estrutura de suporte centralizado para o atendimento, registro e acompanhamento de chamados técnicos, bem como o acionamento e controle de deslocamento dos técnicos;
- 35.32.2. A empresa CONTRATADA deverá prestar assessoria científica por pessoal legalmente habilitado inscrito nos respectivos conselhos de classe;
- 35.32.3. A empresa vencedora da licitação se comprometerá a atender aos chamados técnicos no prazo máximo de 4 (quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados. Caso não seja possível o reparo do equipamento defeituoso dentro de um a partir da abertura do prazo de 12 (doze) horas, chamado, a contratada se responsabilizará pelo transporte das amostras, conforme as normas vigentes para transporte de amostra biológica, para as unidades de apoio até a resolução conclusa do chamado técnico, a critério da chefia da unidade local, sob pena de sanções administrativas junto ao órgão competente. Havendo necessidade de substituição de equipamentos, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias. Manter esse serviço durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES-DF;
- 35.32.4. A SES/DF não oferece seguro pelo equipamento e seus periféricos contra possíveis danos a terceiros produzidos por defeitos de fabricação;
- 35.32.5. A empresa deverá disponibilizar escritório ou oficina no Distrito Federal para a prestação dos serviços (24h/7 dias);
- 35.32.6. A Assistência Técnica deverá ser fornecida durante a vigência do contrato e enquanto existirem insumos para realização de testes contidos no objeto, sem ônus adicional para a SES/DF.
- 35.33. **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

35.33.1. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a eliminar defeitos decorrentes do uso normal dos equipamentos, recolocando o equipamento defeituoso em perfeitas condições de uso, compreendendo inclusive as necessárias substituições de peças e componentes, ajuste e reparos, testes de calibração, de acordo com manuais e normas técnicas específicas, limpeza e aspiração na parte interna dos equipamentos;

35.33.2. A manutenção corretiva deverá ser realizada nos equipamentos que apresentarem defeitos, mediante abertura de chamado técnico por parte da CONTRATANTE, com a finalidade de recolocá-los em perfeitas condições de uso, em conformidade com o estabelecido em Contrato e pelos manuais e normas técnicas específicas sem ônus adicional para a SES/DF;

35.33.3. A empresa vencedora da licitação se comprometerá a atender aos chamados técnicos no prazo máximo de 4 (quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados. Caso não seja possível o reparo do equipamento defeituoso dentro de um a partir da abertura do prazo de 12 (doze) horas, chamado, a contratada se responsabilizará pelo transporte das amostras, conforme as normas vigentes para transporte de amostra biológica, para as unidades de apoio até a resolução conclusa do chamado técnico, a critério da chefia da unidade local, sob pena de sanções administrativas junto ao órgão competente. Havendo necessidade de substituição de equipamentos, esta deverá ocorrer no prazo máximo de 60 dias. Manter esse serviço durante a vigência contratual e após findado ou cancelado o contrato, até que todos os reagentes adquiridos sejam utilizados pelas unidades laboratoriais da Rede SES-DF;

35.33.4. O horário coberto deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas por dia, ininterruptamente;

35.33.5. As peças ou componentes de equipamentos que apresentarem defeitos ou problemas técnicos deverão ser substituídos por materiais novos, mediante a aprovação da Contratante, por intermédio dos executores do contrato sem ônus adicional para a SES/DF;

35.33.6. As peças e componentes necessários à prestação dos serviços, bem como todo material de consumo/suprimentos utilizados na manutenção, seja ela preventiva ou corretiva, serão fornecidos pela Contratada sem ônus adicional para a SES/DF;

35.33.7. A Contratada deverá garantir os serviços executados, que incluam substituição de peças e componentes, decorrentes da manutenção, enquanto existirem insumos para realização de testes contidos no objeto, sem ônus adicional para a SES/DF;

35.33.8. A Manutenção Corretiva deverá ser fornecida durante a vigência do contrato e quando este for renovado.

35.34. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

35.34.1. Entende-se por manutenção preventiva aquela que tem por finalidade executar qualquer serviço que envolva limpeza, calibração, ajustes, testes e revisões que visem evitar a ocorrência de quebras ou defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento com segurança dos equipamentos, dentro das condições operacionais especificadas pelo fabricante dos mesmos;

35.34.2. As manutenções preventivas deverão ser realizadas de acordo com orientações constantes no manual do equipamento, e consenso entre a assessoria científica da contratada e a chefia da unidade laboratorial e cópia para a SES/SAIS/CATES/DUAEC/GEDIAG;

35.34.3. A Manutenção Preventiva deverá ser fornecida durante a vigência do contrato e quando este for renovado;

35.34.4. Nas situações em que forem observadas perdas de insumos e acessórios decorrentes de mau funcionamento dos equipamentos, em razão de manutenção corretiva e/ou preventiva deficiente por parte da empresa vencedora, bem como qualquer outro consumo anormal e inesperado decorrente de falha nessas manutenções, a empresa vencedora deverá repor imediatamente o material e insumos perdidos, sem quaisquer ônus para a SES/DF.

35.34.5. TODAS AS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, CHAMADOS TÉCNICOS, BEM COMO SUBSTITUIÇÃO DE MÁQUINAS, PEÇAS E COMPONENTES, AJUSTES, REPAROS, TESTES DE CALIBRAÇÃO DEVEM SER EXECUTADAS PELA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME, SEM ÔNUS ADICIONAL PARA A SES/DF.

35.35. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

35.35.1. A Contratada será expressamente responsabilizada quanto à manutenção de sigilo absoluto sobre quaisquer dados, informações e artefatos, contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela SES-DF, tais documentos;

35.35.2. A Contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto sem autorização por escrito da SES-DF, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos;

35.35.3. Cada profissional deverá assinar termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar nenhum assunto tratado nas dependências da SES-DF ou a serviço dessas, salvo se expressamente autorizado, APÊNDICE II, Termo de Confidencialidade de Informações;

35.35.4. Cada profissional deverá assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pela SES-DF não poderá ser utilizada para fins particulares e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço da SES-DF, ou acessadas a partir dos seus equipamentos, poderão ser auditadas;

35.35.5. Cada profissional da Contratada deverá assinar termo de compromisso declarando total obediência às normas de segurança vigentes ou que venham a ser implantadas, a qualquer tempo, na SES-DF;

35.35.6. Será considerada como informação sigilosa toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. Abrange toda informação escrita, verbal, ou em informação computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da Contratante;

35.35.7. As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto;

35.35.8. As obrigações constantes deste Termo não serão aplicadas às informações que sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros e estranhos, sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis;

35.35.9. A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da Contratante;

35.35.10. A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO, bem como da natureza sigilosa das informações;

35.35.11. A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios;

35.35.12. A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

36. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

36.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

36.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

36.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

36.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

37. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

37.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

37.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

37.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

37.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

37.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

37.2.4. **Multa:**

37.2.4.1. Sanção prevista de **Multa**, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

37.2.4.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

37.2.4.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

37.2.4.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

37.2.4.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

37.2.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e nos parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

37.2.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

37.2.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

37.2.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

37.2.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

37.2.10. As sanções de impedimento de licitar e de contratar, e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

38. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL

38.1. A rescisão do Contrato se dará nos termos dos Artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021;

38.2. No procedimento de rescisão contratual, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a Contratante adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

38.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

38.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

38.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

38.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

38.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

38.8. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

38.9. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

38.10. Indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

38.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

39. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

39.1. Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

40. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA COMISSÃO EXECUTORA

40.1. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima da SES/DF ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do [art. 7º da Lei nº 14.133/2021](#) e art. 10 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, de forma que serão anexadas ao processo SEI vinculado a esta contratação as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções;

40.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

40.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

40.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

40.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

40.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

40.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

40.8. O fornecedor contratualizado deverá apresentar à Contratante, após formalizado o contrato, Plano de Treinamento para os profissionais das unidades hospitalares que utilizarão os equipamentos fornecidos em comodato.

40.9. PREPOSTO

40.9.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

40.9.2. Caberá ao preposto designado:

40.9.2.1. Gerenciar a execução do contrato.

40.9.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

40.10. FISCALIZAÇÃO

40.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133 de 2024, art. 117, caput).

40.10.2. Os gestores e fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

40.11. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

40.11.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 44.330, art. 24, VI).

40.11.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

40.11.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

40.11.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

40.11.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

40.11.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

40.11.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

40.11.7.1. Encaminhar relatório de instalação e retirada dos equipamentos;

40.11.7.2. Encaminhar relatório de instalação de *interface*;

40.11.7.3. Encaminhar relatório mensal quanto ao fornecimento de consumíveis para os equipamentos;

40.11.7.4. Encaminhar relatório mensal quanto ao atendimento de chamados técnicos e científicos;

40.11.7.5. Encaminhar relatório (mensal ou trimestral) do estoque ou consumo dos reagentes entregues na farmácia central.

40.12. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

40.12.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

40.12.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

40.12.3. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprova o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto 44.330/2023, art. 25, VII).

40.13. GESTOR DO CONTRATO

40.13.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

40.13.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

40.13.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem ao fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

40.13.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

40.13.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

40.13.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

40.13.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto 44.330/2023, art. 23, V).

41. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

41.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

42. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E DO REGISTRO

42.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

43. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

43.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

43.2. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

APÊNDICE I

TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA

Referência: Nota de Empenho nº 20XXNE0XXXX, ARP XXX/20XX-X

Diante da impossibilidade de utilização do produto com validade entre 3 (três) e 6 (seis) meses, a empresa _____, CNPJ _____, telefone nº _____ COMPROMETE-SE perante a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a efetuar a substituição do produto para saúde/código SES:

Descrição	Quantidade	Lote	Data de Fabricação	Data de Validade

Compromete-se ainda a proceder com a substituição no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação para troca. O produto oriundo da troca deve apresentar validade superior a 6 (seis) meses no momento da entrega.

A compromitente requer que esta Secretaria autorize a entrega nas condições explicitadas, pelos seguintes motivos: _____ e afirma estar ciente de que o não cumprimento de sua obrigação acarretará na aplicação das penalidades cabíveis, previstas em Edital.

Local, ____ de ____ de ____.

APÊNDICE II

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES

OBJETO :

CONTRATO Nº:

Contratante, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº XXX, doravante denominado **Contratante**, e a **Empresa** _____, estabelecida à _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **Contratada**, representada neste ato pelo **S.r.** _____, (cargo) _____, (nacionalidade) _____, (estado civil) _____, (profissão) _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado em _____, e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, doravante denominado simplesmente TERMO, e, **CONSIDERANDO** que, em razão do atendimento à exigência do Contrato Nº XX/20XX, celebrado pelas PARTES, doravante denominado **CONTRATO**, cujo objeto é a **<objeto do contrato>**, mediante condições estabelecidas pelo **CONTRATO**;

CONSIDERANDO que o presente **TERMO** vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentadas, tangíveis ou intangíveis, entre outras, doravante denominadas simplesmente **INFORMAÇÕES**, a que a **Contratada** tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Secretaria de Estado de Saúde do DF de que a **Contratada** tomar conhecimento em razão da execução do **CONTRATO**, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às **INFORMAÇÕES**;

A **Contratante** estabelece o presente **TERMO** mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste **TERMO** é prover a necessária e adequada **PROTEÇÃO ÀS INFORMAÇÕES** da **Contratante**, principalmente aquelas classificadas como **CONFIDENCIAIS**, em razão da execução do **CONTRATO** celebrado entre as **PARTES**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Parágrafo Primeiro: As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pelo **Contratante**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** que venham a ser fornecidas pelo **Contratante**, a partir da data de assinatura deste **TERMO**, devendo ser tratadas como **INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS**, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pela **Contratante**.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratante**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelará para que as **INFORMAÇÕES** que receber e de que tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **Contratada**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

Parágrafo Único: As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;
2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente **TERMO**;
3. Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

Parágrafo Primeiro: A **Contratada** se compromete a utilizar as **INFORMAÇÕES** reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo segundo: A **Contratada** se compromete a não efetuar qualquer cópia das **INFORMAÇÕES** sem o consentimento prévio e expresso da **Contratante**.

1. O consentimento mencionado no Parágrafo segundo, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES.

Parágrafo Terceiro: A **Contratada** se compromete a cientificar formalmente seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste **TERMO** e da natureza confidencial das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: A **Contratada** deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das **INFORMAÇÕES** do **Contratante**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizada por escrito pelo **Contratante**.

Parágrafo Quinto: Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo Sexto: O presente **TERMO** não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

1. Os produtos gerados na execução do **CONTRATO**, bem como as **INFORMAÇÕES** repassadas à **Contratada**, são única e exclusiva propriedade intelectual do **MI Contratante**.

Parágrafo Sétimo: A **Contratada** firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao **CONTRATO**, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento.

Parágrafo Oitavo: A **Contratada** obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

Parágrafo Único: Todas as **INFORMAÇÕES** reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

1. A **Contratada** deverá devolver íntegros, e integralmente todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pelo **Contratante** para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias.
2. A **Contratada** deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais do **Contratante**, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

Parágrafo Único: O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até 05 (cinco) anos após o término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Único: A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na **RESCISÃO DO CONTRATO** firmado entre as PARTES. Neste caso, a **Contratada**, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo **Contratante**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Parágrafo Primeiro: Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento.

Parágrafo Segundo: O presente **TERMO** constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de **INFORMAÇÕES**, principalmente as **CONFIDENCIAIS**, aplicando-se a todos e quaisquer acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas **PARTES** em ações feitas diretamente ou indiretamente.

Parágrafo Terceiro: Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as **PARTES** tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** do **Contratante**.

Parágrafo Quarto: O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à **CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Quinto: A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo Único: Fica eleito o foro da Justiça do Distrito Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, em Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estar justa e estabelecida às condições, a **Contratada** assina o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**, em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20__.

Nome do Diretor ou representante legal da empresa

Cargo

CPF nº

Gestor do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula

<<Cargo/Função>>

<<Setor/Departamento>>

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

00060-00315266/2025-05

Doc. SEI/GDF 206115503